

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA

EDSON MARCOS DE ANHAIA

RESGATE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PARANÁ A PARTIR DO MOVIMENTO EM TORNO DA ARTICULAÇÃO “POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO” - LIMITES E PERSPECTIVAS NA CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.

CURITIBA

2008

EDSON MARCOS DE ANHAIA

RESGATE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PARANÁ A PARTIR DO MOVIMENTO EM TORNO DA ARTICULAÇÃO “POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO” - LIMITES E PERSPECTIVAS NA CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de especialista no Curso de Especialização em Educação do Campo, modalidade presencial, da UFPR – Universidade Federal do Paraná.

Prof. Orientador: Geraldo Balduino Horn

CURITIBA

2008

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha companheira Natacha Eugênia Janata pela paciência histórica, compreensão e principalmente pelos ensinamentos da convivência que ela me proporciona.

Aos movimentos sociais do campo que me ensinaram a desvelar o mundo e compreender os processos de luta e de transformação.

Aos professores que no debate e reflexões contribuem para ampliar o horizonte de percepção do mundo.

Ao meu orientador Geraldo Balduino Horn pela colaboração na realização deste trabalho.

Aos colegas de turma que na convivência das aulas possibilitaram aprendermos juntos além dos conteúdos a auto-organização coletiva.

“(...) Então o camponês descobre que, tendo sido capaz de transformar a terra, ele é capaz também de transformar a cultura, renasce não mais como objeto dela, mas também como sujeito da história”. Paulo Freire

RESUMO

Esta pesquisa bibliográfica buscou fazer um resgate da constituição da Articulação Paranaense: Por uma Educação do Campo, apontando seu processo histórico e o debate em torno das discussões da Educação do Campo, procurando registrar as principais ações e reflexões deste movimento. Ainda buscou dialogar com os Pedagogos Socialistas, com a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire e com a Pedagogia do Movimento Sem Terra, que de certa forma fundamentam as concepções da Educação do Campo.

No final do trabalho buscamos dialogar com a Carta de Porto Barreiro, tecendo observações ao compromisso assumido pelas entidades que participaram da II Conferência Por Uma Educação do Campo realizada em 2000, no Município de Porto Barreiro, concluído o trabalho apontando alguns limites que se coloca neste momento histórico.

Palavras-chave: educação do campo, movimentos sociais.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 OS OPRIMIDOS DA TERRA	10
2.1 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO RURAL E DO CAMPO.....	15
2.2 ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	19
2.3 O NASCIMENTO DA ARTICULAÇÃO PARANAENSE: POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	23
3 ALGUNS REFERENCIAIS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	28
3.1 A PEDAGOGIA SOCIALISTA.....	29
3.2 A EDUCAÇÃO POPULAR E A PEDAGOGA DO OPRIMIDO.....	35
3.3 PEDAGOGIA DO MOVIMENTO.....	38
4 MATERIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PARANÁ – LIMITES E PERSPECTIVAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

A formação histórica do Brasil é marcada por exclusões e desigualdades, isso se evidencia com maior ênfase no meio rural brasileiro em que as políticas públicas raramente chegam e, quando chegam, são deslocadas da realidade e da necessidade do ser humano que está no campo. Os sujeitos do campo são vistos como a parte atrasada e fora de lugar no desenvolvimento econômico, político, social e cultural de nosso país.

O modelo de desenvolvimento capitalista e neoliberal em que o Brasil se encontra, nega a existência dos povos do campo e determina o fim dos mesmos. As políticas públicas são pensadas a partir do mercado e da divisão internacional do trabalho. Esse processo tem privilegiado o espaço urbano e coloca os camponeses, os quilombolas e os povos indígenas à margem do desenvolvimento.

Na lógica do projeto capitalista e neoliberal a população do campo desaparecerá em pouco tempo, o que justifica a não criação de políticas públicas e sim de políticas compensatórias que empobrecem cada vez mais os que vivem no campo. Esse modelo não consegue avançar sem provocar contradições, de um lado estão as contradições do próprio modelo de desenvolvimento, entre elas a da crise do emprego provocada também pelo êxodo rural. De outro está a população do campo que reage e não aceita esta marginalização e exclusão, passando a lutar por seu lugar social no país.

Podemos afirmar que a educação no meio rural, tanto retrata a visão de desenvolvimento baseada na lógica de mercado e do capital, como as contradições desse modelo. Todavia, é a partir da não aceitação das desigualdades sociais existentes em nosso país que os povos do campo vêm construindo bandeiras de lutas, alternativas de resistências econômicas, políticas, culturais e educacionais, na perspectiva de um novo projeto de sociedade e de país.

Analisar a educação no contexto do projeto neoliberal é perceber que ela atende a uma lógica perversa, pois nega aos sujeitos do campo o conhecimento acumulado pela humanidade e os coloca à margem ou ainda na periferia dos sistemas educacionais. A educação é pensada não a partir dos sujeitos do campo, mais sim, para os sujeitos do campo, isso implica dizer que a referência

para se pensar a educação é o espaço urbano, os grandes centros que são símbolos da modernidade e de como a vida humana deve ser conduzida.

A história é dinâmica e marcada por contradições, neste sentido, os sujeitos do campo que se reconhecem excluídos dos bens produzidos pela humanidade, organizam-se em movimentos, uma vez que na sua trajetória percebem a importância da organização e da luta para conquista de direitos básicos e subjetivos.

Dessas lutas nasce a preocupação com a educação e seus processos. Em 1998 se desperta no seio dos movimentos sociais a discussão que a educação por ser um direito subjetivo ao ser humano deve ser universalizada. Só a universalização não é suficiente, é necessário que ele seja de qualidade, isso significa dizer que ela deve fazer sentido para quem dela participa, deve pensar a realidade em que está inserida, portando se ela está no campo deve ser pensada a partir do campo e no campo. Isso significa dizer que o campo existe e que tem gente, que produz conhecimento, que constrói cultura e que deve ser respeitado na sua existência.

Em 1998, estas questões foram materializadas nas Organizações, Entidades e Movimentos Sociais que procuraram pensar a educação a partir do mundo do campo. Esse movimento foi denominado Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo e, as organizações e movimentos sociais que participaram desse processo construíram a Articulação Paranaense Por Uma Educação do Campo no estado.

Por ter acompanhado a trajetória dessa luta por direitos, por políticas públicas é que nos propomos, neste trabalho, a elaborar um resgate histórico da Articulação Paranaense Por uma Educação do Campo, trazendo os elementos que foram sendo construídos no movimento que se criou em torno desta caminhada no estado do Paraná.

Desde o debate inicial até os dias de hoje são dez anos de caminhada, muitos materiais foram produzidos, conferências realizadas, políticas públicas conquistadas, os movimentos sociais se fortaleceram com a criação da Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo” e no Paraná a Articulação Paranaense Por Uma Educação do Campo.

Para tentar dar conta de fazer o resgate histórico da Educação do Campo no Paraná a partir do movimento em torno da Articulação “Por Uma

Educação do Campo” utilizei como referencial metodológico a pesquisa bibliográfica, tendo como fonte de investigação materiais produzidos pelos movimentos sociais, pela Articulação Nacional e Paranaense Por Uma Educação do Campo. A fim de dar conta de problematizar esta trajetória à luz dos referenciais teóricos, apoiamo-nos nas seguintes obras:

- no diálogo com a pedagogia socialista as obras que embasam: 1) **Fundamentos da Escola do Trabalho**, de Pistrak; 2) **Makarenko O Nascimento da Pedagogia Socialista**, de René Capriles e **Anton Makarenko Vida e Obra** de Cecília da Silveira Luedemann;
- sobre a Educação Popular a referência teórica utilizada foi a **Pedagogia do Oprimido** de Paulo Freire;
- para tratar da Pedagogia do Movimento no servimos do livro **Pedagogia do Movimento Sem Terra**, de Roseli Salete Caldart;

Para a sistematização da investigação o trabalho foi organizado em três momentos, a saber: - O **primeiro momento**, que tratou do resgate histórico da Educação do Campo no Paraná a partir do movimento em torno da Articulação “Por Uma Educação do Campo”. Para poder compreender esse processo foi necessário analisar como se deu a construção em âmbito nacional e estadual, contextualizando os principais encontros realizados, os movimentos e as entidades que participaram, buscando nos documentos, nos relatórios das conferências, nas reuniões da Articulação Paranaense e dos movimentos sociais, referenciais para dar suporte à pesquisa.

O segundo momento tratou das concepções teóricas a respeito da educação, que são referenciais para a construção da Educação do Campo. Assim, buscamos dialogar com os Pedagogos Socialistas, com a Educação Popular e com a Pedagogia do Movimento Sem Terra.

O terceiro momento tratou de uma reflexão de como esse debate vem se materializando no Paraná a partir dos compromissos assumidos na **Carta de Porto Barreiro**, procurando apontar os limites e as perspectivas na construção do paradigma da Educação do Campo e da própria Articulação.

2 OS OPRIMIDOS DA TERRA

Em seus quinhentos anos de história o Brasil viveu diferentes fases de submissão a centros dominantes, seja o mercantilismo colonialista inicial, seja sob o liberalismo capitalista no período dos grandes impérios europeus, chegando a domínio do monopólio sob imperialismo norte-americano.

A história desses quinhentos anos de dependência é marcada pela opressão social e política, pela exploração das massas populares desta sonhada grande Pátria. Esta dominação associou elites externas e internas em um pacto de cumplicidade que atendia interesses recíprocos à custa do sofrimento das maiorias marginalizadas

Se em Marx, no Manifesto Comunista, analisamos as contradições existentes no sistema capitalista, entre capital e trabalho, burguesia e proletariado, que escraviza o homem, transformando-o em objeto do sistema de produção capitalista, no meio rural brasileiro encontraremos as contradições existentes entre latifundiários e Sem Terras, especulação e miséria, recordes de produção e fome, entre ser e não ser, entre conhecimento (cultura) e ignorantes (sem cultura) gerando não só uma desigualdade social, mas também a negação do outro como ser humano possuidor de vontade própria e que vive em um espaço.

Aqui no Brasil viviam muitos povos, sua organização social variava conforme a região ou ainda conforme o povo, distribuídos e diferenciados entre si por diferentes culturas. A grande maioria vivia como caçadores, coletores e pescadores, desconheciam a escrita, usavam a pedra para produzirem suas armas e utensílios, levavam uma existência nômade ou seminômade. Suas estruturas sociais ignoravam a divisão em classes. Outros grupos indígenas já praticavam a agricultura, o que permitia o crescimento numérico grupal e sua sedentarização em aldeias. Para as atividades produtivas adotavam a divisão de trabalho por sexo: aos homens cabia a caça e a preparação do solo, enquanto as mulheres, o cultivo da terra e trabalhos domésticos. A terra e a produção eram possuídas coletivamente, destinando-se uma parte para cerimônias religiosas.

Para os que aqui moravam a terra era a mãe que lhe dava o sustento, a vida, sua existência estabelecendo uma relação de proximidade com a mesma. Não era a terra que pertencia ao homem, mas o homem que pertencia a terra. Se os homens são filhos da mãe terra, as relações entre si é de irmandade, de

amor e de face-a-face, onde a sobrevivência é de responsabilidade de todos, os alimentos são para saciar a fome e não para serem armazenados com fins de troca. Muitos grupos viviam o comunismo primitivo, não havendo necessidade da propriedade privada e nem a exploração do trabalho, onde o homem poderia escolher se queria caçar, pescar, colher ou plantar.

No entanto, essa "harmonia" foi brutalmente quebrada com a chegada dos "descobridores," que se sentiram no direito de tomar posse daquilo que acabavam de "achar." Um novo mundo acabava de nascer do nada, o que não era, passa a ser - ser uma grande colônia do mundo velho, dos povos "civilizados" donos da história. Achei, sou dono! A terra que não conhecia o significado da palavra dono passa a pertencer a seres, que embora da mesma natureza humana, julgavam-se civilizados e superiores, achavam-se no direito de destruir e dizimar povos inteiros, como aconteceu com os Incas, Maias, Astecas e muitos outros. Sua ganância e sua sede de poder, não respeitaram a cultura, história, a vida dos seres humanos que foram brutalmente e impiedosamente massacrados, marginalizados, subjugados e considerados primitivos, inferiores, tendo sua humanidade duvidada.

Os portugueses não só destruíram a cultura aqui existente como impuseram a sua própria cultura, sua língua, seu modo de vestir, estabeleceram que daquele momento as terras e tudo que nela exista pertencia a eles, os "superiores da raça humana", os "escolhidos de Deus".

Assim nos deparamos com o princípio da concentração de terra, com as desigualdades sociais, com a formação dos grandes latifúndios e com a triste história da sociedade brasileira. Os colonizadores, senhores barões, coronéis patrões ao qualquer outro sinônimo que se possa dar, impuseram seu modo de viver e subjugaram povos inteiros, escravizando-os e negando sua existência humana fazendo com que se sentissem inferiores.

Como se não bastasse a exploração dos povos que aqui viviam, os colonizadores trouxeram acorrentados os negros da África, que tiveram que trabalhar escravizados, domados como se fossem animais, mais tarde chegam os imigrantes, muitos iludidos, vinham em busca de uma vida melhor, e se deparavam com coronéis donos de grandes latifúndios, onde tinham que se sujeitar a trabalhar como arrendatários e mal produzindo sua existência.

A burguesia que se constituiu nesse país logo tratou de espalhar de forma muito sutil sua visão de mundo baseada no racismo, no machismo, na

negação do campo, do fazer dos camponeses, criando o não ser de um povo subjugado.

Tendo presente esta história é que se torna necessário pensar o campo a partir de si mesmo, rompendo com a visão urbana e preconceituosa, criando uma consciência de povo, de liberdade, de que a alternativa é a retomada dos valores de igualdade, de coletividade, da indignação contra as injustiças, para a construção de uma sociedade verdadeiramente humanizada.

O processo de ocupação e de desenvolvimento da sociedade no Brasil teve sua origem eminentemente agrária apoiada no latifúndio e no trabalho escravo ou na extração de matérias primas para alimentar as indústrias dos países industrializados. Quando olhamos as políticas públicas implementadas nas diferentes esferas de governos ao longo da história, percebemos que o meio rural historicamente foi deixado à margem. A visão europeia de desenvolvimento sempre privilegiou os espaços da metrópole/urbanos em detrimento da colônia/rural, esse tipo de pensamento predominou no Brasil e, ainda hoje, continua forte.

Com o avanço do sistema capitalista, que tem uma grande capacidade de renovar-se constantemente, estabelecendo padrões e se pretendendo hegemônico, colocando-se como eterno no mundo, o campo deixa de existir enquanto vida humana, passando a ser visto como espaço apenas de produção, de mercadoria, excluindo do processo de desenvolvimento o ser humano e colocando no centro de sua construção o mercado e as relações econômicas.

Porém, ao excluir milhões de pessoas do acesso aos meios de produção e dos bens socialmente produzidos, o sistema capitalista cria as condições para pensar a contra-hegemonia. Em sua construção ideológica todos devem ter e consumir, mas nem todos possuem condições materiais de consumir na sociedade capitalista, gerando, desta forma, uma grande massa de despossuídos de capital.

Quando a grande massa de excluídos, que vivem em condições de miséria ou que foram tolhidos de seus direitos constitucionais tomam consciência de sua condição humana nasce o germe da organização social e da luta por direitos. Assim nascem as condições históricas para o surgimento dos movimentos sociais, que desempenharam papel importante na luta pela vida, por direitos humanos e por uma sociedade justa, criando resistências e se contrapondo ao modelo capitalista.

Podemos constatar que os movimentos populares do campo nas últimas décadas têm intensificado sua participação nas disputas que envolvem a

conquista da terra, e ao realizarem a luta por terra percebem que a terra sem direitos, sem justiça, sem um projeto de sociedade não faz sentido e não se promove a vida com dignidade.

É necessário lutar pela vida em todas as suas dimensões, assim se faz necessário o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, que coloca no centro da produção o ser vivo, buscando respeitar a natureza e seu processo de evolução. Os sujeitos do campo devem ter uma participação efetiva no debate social das políticas públicas relacionadas ao meio rural, assumindo o processo com relação às reivindicações pela concretização do direito à vida com dignidade, questionando o atual modelo de desenvolvimento e principalmente buscando construir uma sociedade efetivamente humana.

No processo histórico de luta, os povos do campo têm se constituídos enquanto sujeitos coletivos de direitos, entre eles encontra-se o direito a educação, que aos poucos vem tomando dimensões cada vez maiores na tentativa de libertar o ser humano do jugo do capitalismo para que este possa se humanizar, criando assim outra pedagogia como nos coloca Arroyo (2002, p. 274)

A pedagogia do oprimido, dos excluídos, dos tempos de barbárie não está em encontrar métodos novos para reeducar os bárbaros, civilizar os oprimidos ou incluir os excluídos nos valores e saberes dos 'civilizados', mas está em aprender com o conjunto de processos que os excluídos e oprimidos reinventam para continuar humanos, manter seus valores e seus saberes, sua cultura e memória coletiva, sua identidade e dignidade. Essa pedagogia só se aprende na escuta, no diálogo no mergulho da trama social e cultural.

Para compreender esse processo é necessário conhecer como o campo foi pensado ao longo da história, e como se deram (e se dão) as relações campo-cidade em um contexto capitalista de desenvolvimento. Do ponto de vista da ideologia dominante, burguesa e capitalista o campo é visto como sinônimo de atraso, um lugar onde as coisas não acontecem, espaço da não cultura e o camponês é visto como um ser atrasado, ignorante, que não consegue acompanhar e entender o desenvolvimento do mundo e suas tecnologias. A cidade por sua vez é dinâmica, e vive um intenso processo de desenvolvimento, símbolo da modernidade e do avanço humano.

Entre 1960 e 1980, com a industrialização do Brasil, cerca de trinta milhões de pessoas deixaram o campo para morar na cidade. O golpe militar de 1964 e o desenvolvimento de um modelo econômico concentrador de terras e renda fizeram com que o capitalismo avançasse no campo. Junto com ele, a desigualdade

social, a exclusão e marginalização dos camponeses, que foram obrigados a deixar o campo ou suas regiões de origem.

Criou-se a idéia que no campo não existia mais pessoas e que os problemas relacionados com a vida no campo fossem algo já resolvido. Parecia que esses problemas não existiam, porque o próprio conceito de população rural estava fadado a desaparecer, tornando o campo apenas como espaço de produção.

A extraordinária migração campo-cidade, combinada com a hegemonia de um modelo de vida urbana, tem levado muitos cientistas e formuladores de políticas a concluir que o rural já não tem significado histórico relevante e que o campesinato está em processo de extinção. A única possibilidade de sobrevivência do camponês seria a sua integração à agroindústria patronal e a sua subordinação às exigências do mercado dominante pela agricultura capitalista. Dentro dessa lógica, a agricultura familiar camponesa, destinada à subsistência e ao mercado local, foi abandonada pelas políticas públicas. (POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO, 1999, p. 31 e 32).

No final dos anos 70 e início dos anos 80 se intensificam as lutas dos camponeses que tomam consciência de sua condição e da necessidade de se organizar para reconquistar a terra como para resistir nela.

A modernização capitalista da agricultura não consegue incluir a todos. Isso não tem gerado apenas a expulsão, mas também lutas sociais como a dos trabalhadores sem terra, que pressionam a realização da Reforma Agrária. Ao transformar latifúndios em assentamentos, conquistam a infra-estrutura necessária para recriar a agricultura familiar, agora baseada em diferentes níveis de cooperação, geram renda e emprego. Isso tem desafiando novas pesquisas e mostra que a migração campo-cidade não é uma via de mão única. (POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO, 1999, p. 32).

Esse processo de luta tem demonstrado que o campo está vivo. Vivo com pessoas, sujeitos, trabalhadores que conquistam os meios de produção e reinventam a agricultura familiar e suas relações. Novas formas de organização são construídas no campo demonstrando que outro modelo é possível e viável. O que leva a repensar inclusive as relações no seio da família, do próprio sistema educacional, na forma de organizar a produção e nas relações sociais.

Lutar pela terra significa lutar por políticas públicas que atendam as necessidades dos pequenos agricultores e da agricultura familiar implementando um modelo de agricultura alternativa, não mais baseado nos moldes tradicionais e nem no modelo capitalista de agricultura. Esse novo modelo tem que levar em conta o desenvolvimento do ser humano nos seus diferentes aspectos e acabar com a dicotomia campo x cidade, pois os dois co-existem e se constroem enquanto espaço e cultura. O que não pode acontecer nessa relação campo cidade é a submissão de um pelo outro, mas estabelecer uma relação dialógica, pois campo e cidade se

interdependem e deve cada um existir respeitando as suas especificidades e não negando um ao outro.

Esse processo de luta forjou um novo conceito desse espaço rural, um conceito que respeita a diversidade dos povos que vivem nesse espaço. É o espaço do campo, o espaço dos povos do campo, entendido como:

(...) lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o espaço da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é o espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. É no campo que estão as florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é o lugar de vida e sobretudo de educação. (POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO, 2002, p. 92).

Assim, quando nos referirmos a campo, estaremos nos referindo a esse espaço, construído por diferentes sujeitos e que o sistema capitalista quer negar. É desse processo que nasce a luta por uma educação do campo, uma luta que busca renovar as relações, humanizando os sujeitos e buscando estabelecer uma relação íntima entre produção, conhecimento, desenvolvimento e vida.

O campo adquire um sentido de território no momento em que procura demarcar seu espaço e lutar contra o agronegócio, e por conseqüência contra o modelo capitalista de organização da sociedade. FERNADES (2003, p. 141) nos deixa claro esse paradigma:

Pensar o campo como território, significa compreendê-lo como espaço de vida, ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana. O conceito de campo como espaço de vida é multidimensional e nos possibilita leituras e políticas mais amplas do que o conceito de campo ou de rural somente como espaço de produção de mercadoria.

2.1 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO RURAL E DO CAMPO

Ao longo da história da humanidade o ser humano esteve sempre ligado com a terra, mas com o desenvolvimento do capitalismo a natureza e seus processos parecem não fazer parte do mundo e o homem busca sobreviver sem ela, criando no imaginário que o futuro será construído com coisas artificiais e a partir de laboratórios, a natureza deixa de existir e por conseqüência o homem e o campo. Portanto o que passa a existir é a cidade, a metrópole, as megalópoles.

Embora a formação do Brasil tenha sido eminentemente agrária e sua ligação com a terra sempre muito forte, as políticas públicas não promoveram o

desenvolvimento do campo, principalmente no que diz respeito à educação. A população do campo sempre foi marginalizada, pormenorizada e embora todas as constituições tenham abrangido as questões educacionais nunca se pensou nela como emancipadora dos sujeitos do campo.

No Brasil, todas as constituições contemplaram a educação escolar, merecendo especial destaque a abrangência do tratamento que foi dado ao tema a partir de 1934. Até então, em que pese o Brasil ter sido considerado um país de origem eminentemente agrário, a educação rural não foi sequer mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891, evidenciando-se, de um lado, o descaso dos dirigentes com a educação do campo e, de outro, os resquícios de matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária apoiada no latifúndio e no trabalho escravo. (PARECER CEB nº 36, 2001, p. 07).

Podemos perceber claramente que as políticas educacionais privilegiavam o espaço urbano e tinham como referência de desenvolvimento os países de primeiro mundo principalmente os países europeus. O processo da “Revolução Verde”¹ foi um exemplo categórico de como a camada dominante pensa a organização da sociedade e da vida.

A educação rural brasileira foi algo elaborado muito recentemente, pensada a partir de uma lógica de manter o agricultor no meio rural e as instruções, o estudo, tinham a função de aumentar a produção agrícola com a introdução de novas tecnologias, o que necessitava minimamente algum tipo de conhecimento.

¹ Revolução verde refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 60 e 70. O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes melhoradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização e diminuição do custo de manejo. Também são creditados à revolução verde o uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, assim como na Gerenciamento de produção. Esse ciclo de inovações se iniciou com os avanços tecnológicos do pós-guerra, embora o termo revolução verde só tenha surgido na década de 70. Desde essa época, pesquisadores de países industrializados prometiam, através de um conjunto de técnicas, aumentar estrondosamente as produtividades agrícolas e resolver o problema da fome nos países em desenvolvimento. A introdução destas técnicas em países menos desenvolvidos provocou um aumento brutal na produção agrícola de países não-industrializados. Países como o Brasil e a Índia foram alguns dos principais beneficiados. No Brasil, passaram a desenvolver tecnologia própria, tanto em instituições privadas quanto em agências governamentais (como a Embrapa) e universidades. A partir da Década de 1990, a disseminação destas tecnologias em todo o território nacional permitiu que o Brasil vivesse um surto de desenvolvimento agrícola, com o aumento da fronteira agrícola, a disseminação de culturas em que o país é recordista de produtividade (como a soja, o milho e o algodão, entre outros), atingindo recordes de exportação. Há quem chame esse período da história brasileira de *Era do Agronegócio* (ou *Era do Agrobusiness*, embora esse último termo soe provocativo em alguns círculos nacionalistas).

Edla de Araújo Lira Soares, em seu relatório das Diretrizes Operacionais Para a Educação Básica Nas Escolas do Campo², nos traz:

Na verdade, a introdução da educação rural no ordenamento jurídico brasileiro remete às primeiras décadas do século XX, incorporando, no período, o intenso debate que se processava no seio da sociedade a respeito da importância da educação para conter o movimento migratório e elevar a produtividade no campo. A preocupação da diferentes forças econômicas, sociais e políticas com as significativas alterações constatadas no comportamento migratório da população foi claramente registrada nos anais dos Seminários e Congressos Rurais realizados naquele período. (PARECER CEB nº 36, 2001, p.09).

A educação rural concebe o campo com uma visão reprodutivista, em que se busca apenas a produção de mercadorias para atender o mercado. Há somente uma preocupação com a produção econômica para atender aos interesses do capital. Exclui desta forma, as relações sociais existente no interior do campo e seus desdobramentos.

Assim temos uma educação rural que é pensada para atender as necessidades do mercado de trabalho, tendo como referência o espaço urbano e suas relações. Os sujeitos do meio rural são estereotipados, tendo na figura do “Jeca Tatu” o imaginário do homem rural.

Esse modo de pensar o campo e a cidade refletiu também na educação brasileira na qual os piores índices de escolaridades de toda a sociedade estão no meio rural. Segundo o IBGE de 1998, o analfabetismo da população rural na faixa etária acima de 15 anos, é de 32,7%, e somente 2% dos jovens que moram no campo, freqüentam o Ensino Médio. Esse é um dos muitos problemas enfrentados pelas camponesas e camponeses.

Esse panorama é resultante de um processo econômico, social, cultural e de políticas públicas educacionais traçados em nosso país, que nos deixou como herança, um quadro de precariedade no funcionamento da escola rural: em relação aos elementos humanos disponíveis para o trabalho pedagógico, a infra-estrutura e os espaços físicos inadequados, as escolas mal distribuídas, geograficamente, a falta de condições de trabalho e de formação específicas para o exercício profissional. Além de todas essas questões de infra-estrutura, pessoal e outros, há uma herança mais cruel: a escola rural desrespeita a realidade de onde está inserida, destrói a auto-estima das camponesas e camponeses, não se colocando a serviço de seu crescimento. (SILVA, 2003, p. 29).

² As Diretrizes Operacionais Para as escolas do Campo é uma resolução do Conselho Nacional de Educação elaborado pela Câmara de Educação Básica e visa a operacionalização da educação composta por um conjunto de princípios e de procedimentos para serem observados nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino e que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo nos diferentes níveis e modalidades as leis nacionais de educação (artigos 1º e 2º). Esta resolução foi aprovada no dia 03 de abril de 2002.

Essa não é uma realidade somente do meio rural brasileiro, as escolas das periferias e das pequenas cidades também se encontram em situações lamentáveis, mas podemos afirmar que ela é mais acentuada no meio rural, pois além de não se levar em conta a realidade em que a escola se encontra, a mesma foi tratada historicamente pelo poder público com políticas compensatórias e não como direito. A educação adquire um caráter instrutivo para que o sujeito se vire minimamente, o caráter humanizador da educação é sufocado e ignorado.

Não temos registro na história da educação brasileira de formulações de diretrizes políticas e pedagógicas específicas que regulamentassem como a escola deveria se organizar, qual o seu projeto político e qual relação que a mesma deveria construir com o conhecimento produzido no campo e com os sujeitos do campo.

Os recursos destinados à educação brasileira não consideraram as especificidades do meio rural e a realidade brasileira, a escola deste meio foi mais uma escolinha organizada pelo fazendeiro, pelo latifundiário pelos donos do meio de produção do que uma escola assumida pelo Estado. O resultado desse processo foi trágico para os sujeitos do meio rural e seus efeitos são sentidos até os dias atuais.

A Constituição de 1988 possibilitou uma abertura maior para a participação da população nas decisões políticas em nosso país. Participação esta conquistada na rua, nas organizações da sociedade civil, que tomou consciência da importância de participar da vida política do país. A abertura política e a caminhada dos movimentos sociais forjaram um novo tipo de luta, a lutar por direitos subjetivos. A educação é tomada como uma bandeira de luta importantíssima para a emancipação dos povos, principalmente para os povos que estão no campo, e que tiveram seus direitos negados ou reduzidos.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação brasileira de 1996 abre uma brecha para que se possa pensar a escola a partir do campo. Porém, ainda estabelece que os sistemas de ensino adaptarão o ensino conforme as necessidades do meio rural, mas, não pensa o campo a partir dos sujeitos conforme podemos perceber no Artigo 28 da LDB:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I > Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

- II > Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III > Adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, p. 35).

As leis não garantem efetivamente os direitos por si só, é necessário estar organizado. Desta forma, os povos do campo organizaram-se de muitas formas para lutar por políticas públicas que garantam direitos. Na trajetória dos movimentos sociais, as experiências de luta contra o sistema hegemônico do capital e as muitas vezes que assumiram o papel do Estado nos mais diferentes setores, principalmente na educação, possibilitaram o acúmulo de experiências, debates e reflexões para propor alternativas à construção de um projeto de educação e de sociedade.

O processo de luta e organização faz com que os movimentos sociais e a sociedade civil organizada amadureçam e busquem articular alternativas para continuar existindo, mas principalmente transformar a sociedade para que possam ter um mundo onde todos tenham vida e que isto seja com dignidade. É necessário que os camponeses, os trabalhadores se insiram no mundo da política lutando por políticas públicas, estabelecendo uma nova ordem. Florestan Fernandes nos ajuda a compreender esse elemento, quando afirma:

O envolvimento político das classes trabalhadoras e das massas populares no aprofundamento da revolução dentro da ordem possui conseqüências socializadoras de importância estratégica. A burguesia tem pouco que dar e cede a medo. O proletariado cresce com a consciência de que tem de tomar tudo com as próprias mãos e, a médio prazo, aprende que deve passar tão depressa quanto possível da condição de fiel da `democracia burguesa para a de fator de uma democracia da maioria, isto é, uma democracia popular ou operária.(FERNANDES, 2003, p. 60-61).

2.2 ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação brasileira não deu conta de atender a demanda dos povos do campo, pois ao longo de sua história esteve voltada aos interesses da economia, do mercado e do capital internacional. Assim o povo do campo através da luta, de suas experiências e principalmente através de sua organização vem colocando na pauta nacional a educação brasileira e os povos que vivem no campo.

Pensar a educação a partir do campo, é considerar o conhecimento produzido no campo, as relações sociais ali existentes, a cultura que se constrói ao

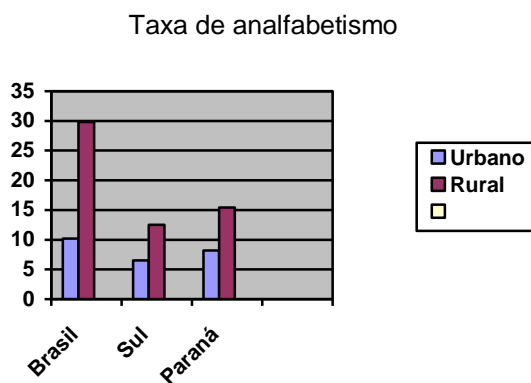
se produzir a existência no campo, como elementos fundamentais das demandas para as escolas dos camponeses e camponesas. Não podemos mais pensar a educação a partir da cidade fazendo as adequações necessárias aos povos do campo. É necessário construir a educação dos povos do campo no campo, precisamos considerar que o campo está vivo e que vai continuar existindo, é preciso construir a Educação do Campo.

A educação do Campo se coloca como um novo desafio no processo de construção de políticas públicas. É novo não por ser uma demanda que surge agora, ela é histórica, mas sim pelo sentido, pela forma e pela identidade que assume.

Educação do campo é construída a partir das demandas, da luta e das experiências dos sujeitos que vivem no campo. Ela questiona a ausência de políticas públicas educacionais para os povos do campo, o modelo de uma educação empobrecida, inferiorizada, destituída dos saberes do trabalho, da cultura e do contexto do campo. Assume a identidade dos povos do campo, as suas lutas, e vincula ao debate do campo e do modelo de desenvolvimento, da luta pela terra, pólo trabalho, por políticas agrícolas e pela Reforma Agrária.

É neste sentido que a educação do campo, por advir a partir de uma luta dos camponeses, os traz como sujeitos de políticas e não meros consumidores de ações educativas, de modo que suas experiências, seu contexto, sua cultura, seus conhecimentos e suas demandas sejam tomadas como referências para a formulação de políticas públicas, posto que ao longo da história, sempre foram desenvolvidas para e não com os sujeitos do campo(...). (SHWENDLER, 2005 p. 35).

A luta pela terra faz os camponeses perceberem a necessidade de outras lutas, e a educação passa a fazer parte da pauta de reivindicações dos movimentos sociais. A primeira demanda é com a educação de jovens e adultos, pois os índices no campo eram e continuam sendo muito altos, conforme podemos perceber neste gráfico:



Fonte: Censo Demográfico 2000 IBGE

Os altos índices de analfabetismo no meio rural brasileiro fizeram com que os movimentos sociais do campo organizassem trabalhos de alfabetização. Os que tinham um pouco mais de instrução tornavam-se alfabetizadores. Podemos

afirmar que essa experiência, e outras, na área da educação, fizeram implodir a necessidade de uma articulação em conjunto dos movimentos sociais. Em 1997, é realizado o **I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, realizado em Brasília.**³

Neste encontro, nasce uma questão que pode ser entendida como uma leitura daquele momento histórico e que levará os sujeitos do campo a pensar a necessidade de compreender melhor a realidade rural brasileira e a educação que se faz presente neste espaço. Assim a questão balizadora que surge no final do I ENERA foi

O entusiasmo com o êxito do I ENERA levou a representante da Unicefe, Ana Catarina Braga, a desafiar as entidades promotoras e as que apoiavam o evento para um trabalho mais amplo sobre a educação do campo a partir do mundo rural, levando-se em conta o contexto do campo em termos de sua cultura específica quanto à maneira de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente e quanto ao modo de viver, de organizar família e trabalho (KOLLING, NERY; MOLINA, 1999, p. 13-14).

Nascem assim os germes da Educação do Campo, que se pretende um movimento a partir do mundo do campo para pensar a escola, mas também para além dos espaços da mesma, um movimento que busca superar esta sociedade de desigualdades.

A Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda a partir de sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não-lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural. (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2004, p. 141-142).

Em 1997, surge então, de forma mais articulada um conjunto de ações envolvendo várias instituições e movimentos que se reúnem em um grupo de trabalho e elaboram os primeiros passos desse processo.

No ano de 1998, iniciam-se no Brasil os encaminhamentos de um grande processo de articulação dos movimentos sociais para reflexões, estudos, debates, construções e defesas do que viria a se evidenciar como um fenômeno e mais tarde como uma bandeira de luta: **Por Uma Educação Básica do Campo**⁴.

³ O I ENERA foi uma encontro dos Educadores e Educadoras orgânicos do MST que trabalham com Educação de Jovens e Adultos nos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária.

⁴ As Organizações e Movimentos Sociais do campo que se articularam em torno da Educação estabeleceram inicialmente a educação Básica como principal bandeira de luta e construíram o lema “Por Uma Educação

Como resultado desse processo nasce a I Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada no período de 27 a 31 de julho do ano de 1998, em Luiziana, estado de Goiás.

A vinculação dos parceiros com a temática é evidente e marcante. O Unicef por todo o seu trabalho mundialmente reconhecido em favor das crianças, esta envolvido com a promoção das crianças do mundo rural e suas famílias e quer esse investimento na educação específica do mundo rural. A Unesco, que tem entre suas tarefas a educação e a cultura, vê como necessário a educação básica do campo. A CNBB já trabalha a temática por meio de diversos organismos com engajamento no mundo do campo, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), conselho Indígena Missionário (CIMI), Movimento de Educação de Base (MEB), Associação de Educação Católica (AEC), setor Educação Popular, Escolas Famílias Agrícola e outras pastorais sociais. A Universidade de Brasília, em seu Decanato de Extensão, tem um Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária, que desenvolve diversos projetos educacionais para o meio rural. O MST possui um coordenação nacional especializada para a educação do campo. (KOLLING, NERY, MOLINA, 1999, p.14-15).

Em 1998, foram realizadas em cada estado da Federação as Conferências Estaduais com o objetivo de estudar o texto base escrito por Bernardo Mançano Fernandes, com o intuito de provocar a reflexão. O texto recebeu o título: “Educação no meio rural: por uma escola do campo”. Nele, além da realidade socioeconômica e cultural do campo, são abordados os conceitos de “agricultura camponesa” e de “agricultura familiar”, apontando para uma especificidade de educação do campo em relação à educação administrada atualmente no campo, proveniente de uma visão predominantemente urbana de educação.

Como parte do programa desta primeira Conferência Nacional, fez-se necessário a articulação de encontros Estaduais preparatórios para se promover o “estudo massivo e representativo da diversidade de experiências e de discussões regionais no sentido de culminar com propostas concretas que visem a superação dos problemas enfrentados na escolarização do povo brasileiro que trabalha no campo”. Na motivação apresentada pela Coordenação Nacional da Conferência, intencionava-se o germe de um espaço de explicitação, constatação e estudo crítico das experiências e bandeiras existentes nos estados voltadas à realidade do campo, bem como a busca fundamentação e debate em torno não somente de um projeto de Educação básica no Campo, mas de um Projeto de Desenvolvimento para o Campo, pensado e proposto pelos povos que vivem no campo. (ARTICULAÇÃO PARANAENSE: POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2000, p. 11).

A primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação do Campo” indicou o caminho a ser percorrido, no sentido da necessidade de um projeto de educação que contribua para a realidade do campo e suas necessidades específicas. É fundamental para a modernização da agricultura brasileira pensar a

Básica do Campo”, que mais tarde, por entender que a educação é mais que a educação básica, e todos os camponeses tem direito a educação o lema ficou “Por uma Educação do Campo”.

educação a partir do campo, dos conhecimentos que ali são construídos, das pessoas que nele vivem e da cultura produzida, resgatando e construindo novos valores, valores humanistas, portanto que defendam a vida.

Nesta Conferência Nacional foi denunciada a grave situação enfrentada pelo povo brasileiro que vive no campo e as conseqüências sociais e humanas de um modelo de desenvolvimento baseado na exclusão e na miséria. Questionou-se o modelo de educação implementado no Brasil e a falta de estruturas nas escolas do campo. Constitui-se como um espaço para afirmar e reafirmar a luta social por um campo visto como espaço de vida e mostrou a necessidade e possibilidade de continuar a mobilização ali iniciada.

2.3 O NASCIMENTO DA ARTICULAÇÃO PARANAENSE: POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO.

A exclusão social também é uma dura realidade no Estado do Paraná. A construção de grandes barragens para a instalação de usinas hidrelétricas e a concentração de terras advindas das políticas econômicas implementadas no Brasil, fez com que milhares de camponeses fossem obrigados a sair de suas terras, transformando-se em bóias frias, meeiros, moradores das periferias das cidades, assalariados rurais.

Esses destituídos de poder e de cidadania, pois não tiveram seus direitos garantidos, encontraram a resistência na organização. É nas organizações e movimentos sociais que nasce a resistência e a luta dos camponeses por vida digna, por existência, marcando assim a construção de uma contra hegemonia ao modo de produção e organização capitalista.

Podemos afirmar que inicialmente a luta era para garantir a existência material dos camponeses, mas a luta pela terra possibilitou vislumbrar outros horizontes além do morar, plantar, comer e vestir, fazendo perceber que existem outras dimensões da vida humana que eles também têm direito. Nesse processo histórico os camponeses se reconhecem sujeitos de cultura, de conhecimento, de relações sociais, de educação, de transcendência e de lazer. Assim sendo, não cabe mais esperar, receber, adaptar, é necessário construir junto com, a partir de, no espaço do campo.

Foi um processo longo até os movimentos sociais do campo perceberem a importância do estudo, da formação, da teoria na construção de uma nova sociedade. No princípio existia uma negação do conhecimento teórico, pois a luta era a partir da prática da necessidade material emergente. Esses quinhentos anos de colonização nos ensinaram que não produzimos conhecimento, que não desenvolvemos tecnologia, que não fazemos ciência, isso produziu no camponês um imaginário que o saber e fazer é periférico, portanto, de menor valor.

Esse modo de pensar fez com que os movimentos sociais demorassem a perceber a importância da educação formal, da pesquisa e da produção de conhecimento científico. Os movimentos sociais inicialmente buscavam trabalhar com a alfabetização de jovens e adultos para que todos soubessem ler e escrever minimamente. Foi o trabalho com jovens e adultos que fez os movimentos sociais perceberem a importância do estudo e que os camponeses têm direito a todos os níveis de ensino, que a teoria anda junto com a prática e não dissociada.

O I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – I ENERA foi o divisor de águas no modo de pensar o campo e a educação. A provocação que neste encontro foi suscitada, de pensar a educação a partir do mundo do campo, despertou para um sentido aos movimentos sociais do campo.

A preparação para a primeira Conferência Nacional Por Educação Básica, embora trouxesse no seu ventre o limite de pensar apenas a educação básica, teve um importantíssimo papel nos estados brasileiro. As Conferências Estaduais semearam a necessidade de uma nova reflexão acerca do campo e educação.

No estado do Paraná, o encontro preparatório para a Conferência Nacional Por uma Educação Básica, foi realizado em Curitiba nos dias 26, 27 e 28 de junho de 1998. Participaram da organização do encontro as seguintes entidades e movimentos sociais: Associação de Educação Católica do Paraná – AEC; Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário – APEART; Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR; Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/Comissão e Pastoral da Terra – CNBB/CPT-PR; Movimento dos Trabalhadores Rural Sem Terra – MST; Universidade Federal do Paraná – UFPR.

O Encontro Estadual iniciou no anfiteatro da UFPR, em Curitiba e contou com a participação de aproximadamente 60 pessoas, dentre as quais lideranças e trabalhadores das várias regiões do estado, representando

inúmeras organizações e Movimentos Sociais, com expectativas que expressam o desejo, o vínculo e o empenho em trocar experiências, construir e partilhar coletivamente o conhecimento, fazendo da educação um instrumento para se garantir a permanência e a qualidade de vida no campo. (ARTICULAÇÃO PARANAENSE: POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2000, p. 14).

Segundo o documento citado acima, o objetivo deste encontro foi realizar um diagnóstico da realidade da educação no meio rural, apresentar experiências dos trabalhos realizados em educação no meio rural através das organizações e movimentos sociais, debater a partir do “texto base” propostas para se repensar a educação no mundo do campo e escolher os delegados e experiências que seriam apresentadas na Conferência Nacional.

Após a participação dos Estados na Conferência Nacional, a tarefa era organizar uma articulação em cada estado para debater e construir a educação do campo. Porém, apesar das experiências em educação apresentadas pelas mais diferentes organizações e de se constatar a grande necessidade de uma articulação orgânica para superar as deficiências vividas no campo da educação e da urgência de se lutar por políticas públicas, no Estado do Paraná cada entidade voltou-se pro seu próprio umbigo, tentando resolver isoladamente seus problemas.

Temos que salientar ainda, que nesse momento histórico os movimentos sociais de luta pela terra, principalmente o MST, estavam sofrendo forte repressão política por parte do governo. Também existia a necessidade de cada movimento organizar suas estratégias de resistência frente ao modelo neoliberal de organização da sociedade.

Pelos motivos expostos é somente no final de 1999 que as organizações e os movimentos sociais percebem que se não unirem as forças o neoliberalismo os mataria e o amadurecimento os levou a pensar a II Conferência Paranaense: “Por Uma Educação Básica do Campo⁵”, que contou com um número significativo de entidades participantes:

Assumiram e comprometeram-se com a organização desta conferência, a prefeitura Municipal de Porto Barreiro, o MST, a ASSESOAR, a UNIOESTE, a CRABI e a Secretaria municipal de Francisco Beltrão- PR. A II Conferência Estadual aconteceu em Porto Barreiro – PR, em novembro de 2000, contando com a participação e o apoio das entidades: APEARTE, ASSESOAR, CRABI, CPT, Sistema Integrado de Cooperativas de Crédito, Rural com Interação Solidária – CRESOL-BASER, CUT, DESER, Fórum Oeste, MST, Prefeitura municipal de Porto Barreiro, Secretaria Municipal de

⁵ Os organizadores do encontro entenderam que o encontro preparatório foi a I Conferência Paranaense “Por Uma Educação Básica do Campo”, desta forma o encontro de 2000 foi chamado de II Conferência Paranaense “Por Uma Educação Básica do Campo”.

Educação de Francisco Beltrão-PR, Setor de Educação da UFPR, Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina – UEL, Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO e UNIOESTE, somando 600 educadores, educadoras e dirigentes das organizações do campo. (ARTICULAÇÃO PARANAENSE: POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2000, p. 35).

O processo de preparação da Conferência foi um momento de reflexão, os temas escolhidos e as experiências que seriam apresentadas deveriam traduzir as reais necessidades do campo paranaense. Todavia o que mais ficou forte foi a necessidade de uma articulação mais orgânica, que fosse capaz de enfrentar o projeto neoliberal implementado no Paraná.

Durante a Conferência, que além de um momento de articulação, se pretendeu um momento de formação dos educadores que trabalham no campo, era necessário disseminar a importância do debate acontecer em todos os espaços, mas principalmente nas escolas. O que se estudaria ali deveria, cada participante deveria levar como compromisso de vida, assim era necessário questionar:

Da pergunta “Por que estamos aqui?”, respondeu-se: “Para descobrir a proposta de educação que supervalorizou a cultura urbana, inclusive no meio rural, pois nossas entidades sempre defenderam o bem viver no campo, fazendo-se necessário portanto outra lógica para discutir um projeto de Desenvolvimento, tendo como base a agricultura familiar e a educação como uma de suas estratégias. Fazendo-se necessário também construir uma unidade enquanto entidades interessadas em articular ações na implementação (e disputa) de políticas públicas, sendo mais propositivos. A educação deve ser discutida também como estratégia para o enfrentar a destruição do campo que vem acontecendo. Além disso, estamos aqui para trocar experiências e fortalecer as entidades e suas propostas, melhorar a qualidade destas propostas para que dêem perspectivas de vida dos jovens do campo e, finalmente, para “afinar as violas” em relação a conceitos e ações entre entidades, em vista de um Projeto de Educação, tirando indicativos de ações conjuntas”. (ARTICULAÇÃO PARANAENSE: POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2000, p. 39).

Nesse momento histórico era necessário compreender não só os processos educacionais, mas também as relações sociais existentes no campo e qual o lugar do campo na sociedade brasileira. Para pensar um novo projeto de desenvolvimento é necessário compreender os limites, as reais condições do campo, então a pergunta a ser feita tinha que ser o que é o campo?

Da questão, “o que é campo” surgiu “o campo é um espaço de bem viver que precisa ser melhor pensado para que possa libertar-se da discriminação sofrida em relação à cidade; é espaço de produção e geração de vida, com grande diversidade de atores sociais, de potencialidade, de atividades de ações, que podem servir de base para a construção de um Projeto de desenvolvimento Sustentável, partido do local para toda sociedade; um espaço que precisa ser melhor conceituado para que as ações das entidades possam ser mais unificadas e acertadas; local de resgate da dignidade humana. A cidade, que é tida como modelo, desconfigura o ser

humano, o campo é que pode ser/deve fazer o resgate deste ser.”
(ARTICULAÇÃO PARANAENSE: POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO,
2000, p.39-40).

Estas questões estão presentes no documento final da II Conferência Paranaense Por Uma Educação do Campo, que é a Carta de Porto Barreiro, cujo teor será analisado no final deste trabalho. Neste momento vale ressaltar que as duas questões acima apresentadas nos apontam que pensar o campo e a educação do campo é pensar o processo de desenvolvimento da sociedade.

A Articulação Paranaense Por uma Educação do Campo vai problematizar a educação paranaense e lutar por políticas públicas para o campo. Os anos que se seguiram após a II Conferência Paranaense foram difíceis, o diálogo com o governo não era acessível e não se avançava nas pautas de discussões.

Somente em 2003 com a mudança de governo é que vislumbrou-se a possibilidade de uma retomada das discussões com o governo. A eleição de Roberto Requião ao governo do estado e o compromisso que o mesmo havia assumido com os movimentos sociais fez nascer a Coordenação da Educação do Campo dentro da Secretaria de Estado da Educação. A criação da coordenação de Educação do Campo não significou que todas as demandas das organizações e movimentos sociais teriam suas demandas atendidas, mas que era possível fomentar o debate e avançar na construção, dentro das contradições do estado, de políticas públicas para a Educação do Campo.

Apresentaremos e debateremos as conquistas da Articulação Paranaense Por Uma Educação do Campo no terceiro momento deste trabalho. Em seguida abordaremos algumas concepções teóricas que ajudam a fundamentar a Educação do Campo.

3 ALGUNS REFERENCIAIS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Pensar o ser humano é pensar seu processo de evolução, suas relações com a natureza, com os outros e consigo mesmo. Mas o que nos intriga é desvendar como chegamos até aqui, como o ser humano evoluiu? Um dos elementos mais importantes apresentado por (ENGELS, 1961, p. 271) é o trabalho. Ele apresenta o trabalho para além de uma ação, mas como “condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”.

Os seres quadrúpedes utilizavam os quatro membros para se locomover e coletar seus alimentos, mas, quando libertam as mãos do chão e passam a utilizar apenas os pés para se locomover, libertam-se da própria condição de animal. A mão agora está livre para fazer outras coisas e ao fazer outras coisas desenvolve as próprias mãos e consigo toda estrutura física, biológica, psíquica e cultural.

Podemos salientar que esse fazer foi se humanizando, e humanizando o homem. Novas necessidades, novas relações foram se estabelecendo. Outro fator muito importante para o desenvolvimento do ser humano foi a alimentação, pois ao ingerir proteínas provenientes da carne vermelha modifica seu metabolismo e transmite para gerações futuras uma nova composição do ser humano.

Ao viver em bandos sente a necessidade de se comunicar, de dizer ao outro, de organizar estratégia de caça e de proteção do bando. Desenvolve a linguagem, a fala, processo este que possibilitou o surgimento dos sentidos que por sua vez desenvolveram os sentimentos. E por final (ou ainda não), “surge com o aparecimento do homem acabado: a sociedade”. (ENGELS, 1961, p. 275).

Talvez, seja aí que comece o problema da humanidade. Ao mesmo tempo em que o homem evolui, inventa signos, desenvolve a subjetividade, a linguagem, enfim, se humaniza, ele também cria processos desumanizadores. “ (...) a cabeça que planeja o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela” (ENGELS, 1961, p. 277). Podemos dizer que o trabalho que faz nascer o ser humano também pode escravizá-lo, ou seja, pode desumanizá-lo.

Não podemos planejar de antemão o que nos tornamos, o homem foi fazendo e o que ele fazia o fez. Mas não paramos, ainda estamos fazendo e nos fazendo, podemos neste momento histórico e com os avanços que temos na compreensão de como se organizam nossas relações com o mundo, imaginar que deveríamos nos preocupar mais com o modo que produzimos nossa existência e o que de fato precisamos para viver.

Ao pensar a Educação do Campo faz-se necessário trazer presente esses elementos, pois seu eixo central é fundamentalmente como podemos organizar nossa existência de modo que a vida seja o ponto de partida e chegada. É necessário ainda localizá-la no interior de um determinado modo de produção, o capitalista, pois como afirma Caldart (2005, p. 19):

A Educação do Campo se constitui a partir de uma contradição que é a própria contradição de classe no campo: existe uma incompatibilidade de origem entre a agricultura capitalista e a Educação do Campo, exatamente porque a primeira sobrevive da exclusão e morte dos camponeses, que são os sujeitos principais da segunda.

Compreender as bases que dão sustentação a sociedade capitalista é fundamental para ter claro a gênese da Educação do Campo. Todavia, neste trabalho nos propomos a fazer o recorte específico dos seus fundamentos pedagógicos, considerando os elementos que Caldart (2005) apresenta como prioritários para a compreensão da Educação do Campo, sendo eles: a tradição do pensamento pedagógico socialista, a Educação Popular e seu vínculo com a Pedagogia do Oprimido e a Pedagogia do Movimento.

3.1 A PEDAGOGIA SOCIALISTA

Podemos dizer que os pedagogos socialistas têm uma grande contribuição para ajudar a pensar a Educação do Campo, pois viveram em um período de grande transformação em todas as dimensões, econômica, política, cultural e social. A Rússia passava, através da luta, de um sistema monárquico/czarista para o comunista, coletivo, que vai contrapor a sociedade capitalista, e a educação teve um papel importante na construção do “novo homem” e portanto da nova sociedade.

Neste trabalho nos detivemos apenas em dois pedagogos socialistas, Pistrak e Anton Makarenko que problematizaram e sistematizaram suas práticas nos deixando um acúmulo teórico que enriquece e nos dá indicativo de como podemos construir a educação e a sociedade brasileira que buscamos.

Uma das primeiras contribuições que destacamos diz respeito à teoria. Diferentemente do que a maioria dos movimentos sociais afirmavam - especialmente na década de 80, em que houve um fortalecimento das lutas sociais no país - que o mais importante é a prática e por isso a negação e muitas vezes o distanciamento da teoria e em consequência das universidades, Pistrak (2005, p. 24) afirma que

(...) sem teoria pedagógica revolucionária, não poderá haver prática pedagógica revolucionária. Sem uma teoria da pedagogia social, nossa prática levará a uma acrobacia sem finalidade sócia e utilizada para resolver problemas pedagógicos na base das inspirações do momento, caso a caso, e não na base de concepções bem determinadas.

Todavia não nos basta qualquer teoria, é necessário buscar fundamentos teóricos que reflitam a partir dos interesses da classe trabalhadora e, portanto, da transformação da sociedade desigual em que vivemos. Assim, os educadores devem buscar através do estudo, fundamentos que embasem sua ação, superando os valores e as práticas da sociedade capitalista e criando novos valores num processo que o autor citado denomina de reeducação. Para Pistrak (2005, p. 25):

O objetivo fundamental da reeducação, ou simplesmente, da educação, do professor não é absolutamente fornecer-lhe um conjunto de indicações práticas, mas armá-lo de modo que ele próprio seja capaz de criar um bom método, baseando-se numa teoria sólida de pedagogia social; o objetivo é empurrá-lo no caminho da criação.

Neste sentido, a Educação do Campo não será construída pelo governo, ou estado enquanto instituição social, nem mesmo pelas instituições de ensino, em seu formato organizacional, já existentes em nosso país. Por isso a tarefa é mais árdua e o compromisso dos educadores é maior, pois depende de um esforço pessoal de busca de conhecimento. Pessoal no sentido de que depende da opção do indivíduo, mas sem perder de vista a coletividade, no sentido de projeto de sociedade, o que significa que o professor precisa se identificar também como militante da transformação social. Todavia, como afirma Pistrak (2005, p. 26) para isso não fomos educados, a escola capitalista não nos ensina “conhecimentos

sociais exatos, recebemos muitas noções escolásticas inutilizáveis e ficamos esmagados com seu peso (...) impedindo-nos de criar livremente”.

É claro que a teoria da Educação do Campo não está concluída, podemos dizer que ela está apenas em seu início, enquanto elaboração teórica. São e serão os sujeitos do campo que, indignados com a situação do campo brasileiro, com a materialidade de sua existência, estão e estarão construindo-a. A questão fundamental é que não é preciso começar do zero, pois as experiências históricas, com seus erros e acertos, devem ser a base das novas experiências, por isso a relevância de, através do estudo, conhecê-las e problematizá-las, a partir da atualidade.

Quando pensamos especificamente a escola, Pistrak (2005) nos traz uma experiência prática ao relatar suas impressões e práticas na organização da Escola Lepechinski. Para ele a escola não é um fim absoluto e assim não pode ter finalidades educacionais absolutas. A escola está situada em um determinado tempo e espaço que a determinam.

Entretanto, diferentemente das ideologias burguesas, que negam a existência de classes antagônicas na sociedade capitalista e acabam por fazer a escola uma mantenedora da hegemonia, a escola na sociedade comunista deve ser para a libertação e a emancipação dos sujeitos, mostrando a natureza de classe da escola, no interior de uma sociedade de classes. (PISTRAK, 2005).

Uma nova sociedade só será construída a partir de um novo homem, com outra lógica de compreensão do mundo. O autor deixa claro o objetivo que deve pautar a formação da nova geração, colocando que a mesma deve compreender:

(...) em primeiro lugar, qual é a natureza da luta travada atualmente pela humanidade; em segundo lugar, qual o espaço ocupado pela classe explorada nesta luta; em terceiro lugar, qual o espaço que deve ser ocupado por cada adolescente; e, finalmente, é que cada um saiba, em seus respectivos espaços, travar a luta pela destruição das formas inúteis, substituindo-as por um novo edifício. (PISTRAK, 2005, p. 31).

Dessa forma, podemos perceber que a educação vai além da escola, mas que a escola deve buscar construir conhecimentos significativos, que contribuam com o desvelamento do mundo, principalmente que possa edificar novas relações sociais humanizadoras e nesse sentido, o trabalho, como descrito no início deste capítulo, precisa resgatar seu sentido ontológico, de criador do ser humano.

A escola do trabalho, como denominada por Pistrak, para garantir os objetivos acima elencados, deve se pautar por dois princípios: a relação com a

realidade atual e a auto-organização dos alunos. O autor traz como conceito de realidade atual “(...) tudo o que, na vida social da nossa época, está destinado a viver e a se desenvolver, tudo o que serve à organização da vida nova. A realidade atual é também a fortaleza capitalista assediada pela revolução mundial.” (PISTRAK, idem, p. 32). É preciso destacar que se fala desde o contexto em que viviam, como já escrevemos anteriormente, que é o da revolução e a constituição do comunismo em seu país.

Quando pensamos a Educação do Campo temos que ter claro qual é sua real situação, que modelo de campo a sociedade capitalista está construindo, compreender as implicações que o agronegócio traz para a vida no campo, porém, sobretudo temos que ter claro que campo queremos construir e quais as forças que temos para efetivá-lo. Assim poderemos organizar nossas estratégias de ação, desde a escola.

Pistrak afirma que a realidade deve invadir a vida da escola para que se possa firmar o processo da Revolução Russa e a implantação do comunismo. Quando olhamos esta questão, à luz da Educação do Campo é no sentido de superar a atual sociedade e buscar construir um projeto de desenvolvimento para o Brasil. Podemos nos perguntar, mas para isto, que tipo de ser humano essa realidade atual exige? O autor vai afirmar que vivemos em uma “fase de luta e de construção, construção que se faz por baixo, de baixo para cima, e que só será possível e benéfica na condição em que cada membro da sociedade compreenda claramente o que é preciso construir (e isto exige a educação na realidade atual) e como é preciso construir.” (Pistrak, idem, p. 41).

Para isto é preciso desenvolver aptidões que são postas por Pistrak como qualidades: aptidão para o trabalho coletivo, para analisar cada problema novo como organizador e para criar as formas eficazes de organização. Qualidades estas que, para o autor seriam atingidas pelo princípio da auto-organização, fazendo com que “todos, na medida do possível, ocupem sucessivamente todos os lugares, tanto as funções dirigentes como as funções subordinadas.” (op. cit, p. 42). Isto porque, como também traz o autor:

O objetivo da auto-organização dos alunos nas escolas burguesas é, na maioria dos casos, ajudar o professor a manter sua autoridade; o martelo e a punição saem das mãos do professor, graças ‘ao progresso da civilização’ e são substituídos por uma distribuição de funções, destinada a salvaguardar uma determinada ordem escolar. (PISTRAK, 2005, p. 170).

A escola que queremos construir no campo deve superar esta compreensão e prática efetivando a auto-organização como participação efetiva dos educandos no processo de organização da escola, seja em sua estrutura física ou na organização do conhecimento. Assim possibilitaremos uma escola e uma educação com significado para os sujeitos que a constrói, princípio da Educação do Campo.

A revolução socialista soviética ultrapassa as fronteiras da Rússia e chega à Ucrânia. Lá ela encontra Anton Makarenko, que organizou a escola tendo como princípio e prática a coletividade, experiência vivida na Colônia Gorki. A guerra e a miséria fabricaram centenas de meninas e meninos órfãos, que acabam tendo como destino a vida nestas colônias. Makarenko compreendeu seu tempo e sua tarefa, embora trabalhasse com crianças e jovens em situação de miséria, nunca os tratou como coitados, deixando-nos um princípio: sempre exigir o máximo do educando e ao mesmo tempo tratá-lo com o máximo de respeito e humanidade. (LUEDEMANN, 2002; CAPRILES, 1989).

A escola burguesa trata os filhos da classe trabalhadora, e especificamente dos camponeses pobres como coitados. Seus professores justificam o fracasso escolar com frases como: “- O coitado não aprende, o coitado não tem comida, roupa limpa...” Estes sujeitos introjetam ao longo de sua história essa condição e acabam por acreditar que de fato são coitados e incapazes. Makarenko propõe uma educação consistente, que possibilite aos educandos condições de assumirem o comando de suas próprias vidas. (CAPRILES, 1989).

O processo de reeducação - termo também utilizado por Pistrak (2005) – e de educação é pautado na organização do coletivo e na convivência com o diferente, tendo em vista que é com o outro que se constrói conhecimento e valores. Makarenko entendia coletivo como sendo:

Não se poderá imaginar o coletivo se tomarmos a simples soma de pessoas isoladas; ele é um organismo social vivo e, por isso mesmo, possui órgãos, atribuições, responsabilidades, correlações e interdependência entre as partes. Se tudo isso não existe, não há coletivo, há uma simples multidão, uma concentração de indivíduos. (MAKARENKO apud CAPRILES, 1989, p. 154).

A sociedade capitalista supervaloriza o individualismo, a competição entre seus membros, o que torna impraticável pensar a organização da vida a partir da coletividade. Neste sentido a Educação do Campo deve retomar uma prática

vivenciada pelos camponeses que era a ajuda mútua, o mutirão⁶. O mutirão é um ato educativo, pois em sua organização os valores de ajuda mútua, companheirismo e de irmandade estão presentes, tornando possível um processo de re-humanização dos sujeitos camponeses. É na organização coletiva que se constrói o novo ser humano, com responsabilidade frente ao projeto de sociedade almejado. Para Makarenko (apud Capriles, 1989, p. 160):

Educar o ser humano significa capacitá-lo para utilizar adequadamente seu tempo imediato. A metodologia deste trabalho consiste em organizar novas perspectivas imediatas, em utilizar aquelas que já temos e planejar, pouco a pouco, outras mais longínquas e profundas.

A organização de perspectivas imediatas não significa que devemos nos pautar pelo imediatismo, mas sim que a construção de uma nova ordem social se faz necessária no tempo presente, e não em um futuro distante que devemos ter espera(nça) que um dia chegará. A escola que está no campo deve ter o compromisso de capacitar seus educandos para que possam intervir no presente, planejar as ações e não esperar aquilo que nunca vira por si só.

Podemos destacar que Pistrak e Makarenko, desde a pedagogia socialista, contribuem para problematizar a Educação do Campo na vinculação com o mundo do trabalho e, portanto com a atualidade o que significa dizer que precisamos pensar os paradigmas do desenvolvimento do campo brasileiro.

O campo existe e continuará existindo, e existindo com pessoas, mesmo que se afirme o contrário. A escola do campo que deve existir no campo não deve ser só para levar o conhecimento, mas acima de tudo para que se possa apropriar dos conhecimentos produzidos pela humanidade e produzir outros, ou ainda, afirmar que o campo produz conhecimento e que este deve ser respeitado.

Tanto Pistrak quanto Makarenko trazem a auto organização como uma forma de educar para além da escola, princípio que a Educação do Campo busca construir, pois considerar que o jeito (forma) que se organiza a educação e a escola também forma, para além dos conhecimentos científicos presentes nela, é um dos elementos da Educação do Campo.

Ao problematizar o campo, se problematiza a sociedade como um todo. Os valores que hoje são hegemônicos não ajudam a construir humanidade, pelo contrário desumanizam, não respeitam a alteridade do outro e muito menos a

⁶ Mutirão ou muxirão - auxílio mútuo prestado gratuitamente pelos lavradores de uma localidade em favor de um deles, o qual promove, depois do serviço, uma festa como sinal de agradecimento

natureza e seus processos. Queremos construir um campo onde as relações sociais e a produção promovam a vida e a dignidade humana, respeitando as diferenças existentes entre os mais distintos povos do campo. É necessário uma revolução nos princípios e valores que balizam a organização da sociedade capitalista e a Educação do Campo, podemos afirmar, busca uma superação desta sociedade.

3.2 A EDUCAÇÃO POPULAR E A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO

Neste trabalho escolhemos o livro *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire para levantar e estabelecer apontamentos acerca das contribuições da Educação Popular na construção da Educação do Campo. Ao dialogar com a *Pedagogia do Oprimido* percebemos a relevante contribuição que a referida obra trouxe para todas as organizações e os movimentos sociais do campo.

Logo no início do texto Freire (1987) define *Pedagogia do Oprimido* como sendo

(...) aquela que tem que ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da sua opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. (FREIRE, 1987, p. 32).

A grande questão apresentada é que devemos lutar por nossa humanidade. O sistema capitalista que tem em sua base a propriedade privada dos meios de produção, a exploração e por contingência a opressão do homem pelo homem, produz a desumanização do ser humano. A vida e as relações sociais não são mais que mercadoria. O modelo de desenvolvimento implantado pelo sistema capitalista neoliberal é centrado na posse e no mercado e o lugar do campo é o da produção agrícola, do agronegócio. Para o capital não existe vida, cultura, relações sociais no campo, podemos dizer que existe uma negação do campo e de quem nele vive.

Paulo Freire nos lembra que a vocação do ser humano é humanizar-se, pois é um ser em constante transformação, que se projeta constantemente. Assim podemos perceber que, negar a nossa vocação histórica seria a negação do próprio homem e de sua história, como nos diz o autor:

Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, mais nada teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, no teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado de uma “ordem” injusta que gera violência dos opressores e esta, o ser menos. (FREIRE, 1987, p. 30).

Lutar para garantir nossa vocação histórica e nos humanizar é construir as condições materiais para a superação das contradições existentes no interior da sociedade capitalista. Essa luta não pode ser imposta aos oprimidos e nem pensada por eles, pois:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem, sentirá melhor do que eles, os efeitos da opressão? Quem mais do que eles, pra ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. (FREIRE, 1987, p. 30).

Podemos afirmar que os oprimidos da terra, que se encontram dispersos, tomam consciência de sua condição e iniciam um movimento de se unirem, de se organizarem, conhecem e se reconhecem e, de posse desta consciência, lutam por direitos, por poder existir, lutam pela vida e sobretudo para garantir sua humanização.

O campo do final do século XX e início do século XXI vem produzindo um movimento de auto afirmação, um movimento contra-hegemônico, buscando construir um projeto de desenvolvimento para o Brasil, desde as forças do campo. Projeto que coloca a vida no centro de sua elaboração, que humaniza o homem e a mulher. O campo brasileiro está em movimento, criando a pedagogia do campo.

Pedagogia do campo no sentido de que são os sujeitos do campo que conhecem a realidade, se auto-organizam, criam coletivos de trabalho, tomam consciência de sua condição e buscam construir uma nova sociedade, tomando como base os valores da cultura camponesa da solidariedade, da confiança, da irmandade, do respeito, do acreditar no outro.

O processo de construção da autonomia, da identidade e da liberdade não é um processo simples, pois não basta apenas ter a consciência de si, é necessário estar disposto a buscar construir coletivamente, com o outro uma relação dialógica de existência. O oprimido deve assumir o controle de sua vida, deve lutar para superar a contradição da luta de classes, buscando estabelecer uma

relação de alteridade com o outro e não se identificar com o seu contrário, o opressor

Daí, a necessidade que se impõem de superar a situação opressora. Isso implica o reconhecimento crítico, a “razão” desta situação, para que através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure uma outra, que possibilite aquela busca do ser mais. No momento, porém, que se comece a autêntica luta para criar a situação que nascerá da superação da velha, já se está lutando pelo ser mais. E, se a situação opressora gera uma totalidade desumanizadora e desumanizante, que atinge os que oprimem e os oprimidos, não vai caber, como já afirmamos, aos primeiros, que se encontram desumanizados pelo só motivo de oprimir, mas aos segundos, gerar de seu ser menos a busca de ser mais de todos. (FREIRE, 1987, p. 34).

Aqui temos o nascimento de um novo homem e Freire segue dizendo

A libertação, por isso, é um parto. É um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos. A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor; não mais oprimido, mas homem libertando-se. (FREIRE, 1987, p. 35).

Outro elemento fundante que o autor vai buscar para superar a contradição opressor-oprimido é a práxis, ou seja, “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, idem, p. 38), e para tanto faz-se necessário compreender a realidade e inserir-se criticamente nela, para que assim seja possível agir sobre a mesma, transformando-a.

Aqui podemos perceber como Freire dialoga com os pedagogos socialistas no que se refere a conhecer a realidade e agir criticamente, ou ainda, conhecer para intervir praticamente na realidade. Essa tomada de consciência pode ser considerada, em países como o Brasil, um momento de pré-revolução e a organização dos oprimidos se dá através de trabalhos educacionais. O autor destaca:

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (FREIRE, idem, p. 41).

Não se pode obrigar o outro a se libertar (até porque obrigação não é libertação!), a participar desta ou daquela organização. Não é dizendo que existe um movimento em torno da Educação do Campo que as escolas que estão no

campo com seus sujeitos, passarão a refletir sobre a realidade em que se inserem ou mudarão sua prática. Sobre isto o autor ainda contribui problematizando:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua 'convivência' com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, idem, p. 52).

Mas para que lutar por liberdade, por que querer outra sociedade, outra educação, por que superar a contradição opressor-oprimido? Freire nos responde afirmando: "Porque assim é a educação a ser praticada pela liderança revolucionária se faz co-intencionalidade" (op. cit, p. 56).

3.3 PEDAGOGIA DO MOVIMENTO

A terceira referência pedagógica que ajuda a fundamentar a Educação do Campo é a Pedagogia do Movimento que se constrói a partir da práxis dos movimentos sociais do campo e que dialoga com os pedagogos socialistas e com a Educação Popular, fundamentando especialmente o fazer educativo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essa pedagogia assim como a Educação do Campo não está estabelecida, mas se constrói à medida que os movimentos sociais do campo avançam na luta pela terra e por um projeto de desenvolvimento do Brasil que busca a justiça social e o bem comum.

O cultivo da pedagogia do movimento é uma tarefa deste nosso tempo. E não poderá ser assumida por outros que não os próprios sujeitos que se desafiam a 'lutar por toda vida', pessoalmente, organizadamente, apaixonadamente (CALDART, 2005, p. 19).

A Educação do Campo não pode ser pensada separadamente das ações dos movimentos sociais, especialmente do MST que ao construir sua luta pela terra percebeu que a terra e mais que terra, a terra é vida, a terra é direito é a humanização dos excluídos. Assim compreender essa luta é compreender a própria Pedagogia do Movimento e sua concepção de educação e de escola. Neste sentido Caldart nos alerta:

Não é possível compreender o sentido da experiência de educação no e do MST, se o foco de nosso olhar permanecer fixo na escola. somente quando passamos a olhar o conjunto do Movimento, e com a preocupação de enxerga-lo em sua dinâmica histórica (que inclui a escola), é que

conseguimos compreender que a educação pode ser mais do que educação, e que escola pode ser mais do que escola, à medida que sejam considerada os vínculos que constitui sua existência nessa realidade. (CALDART, 2004, p. 221-222).

Caldart (2004) traz esses elementos para destacar que a preocupação com a educação nasce inicialmente no interior dos acampamentos do MST, com a necessidade de garantir a escolarização das crianças. A dinâmica da luta é que permite avançar na compreensão dos processos formativos e do papel da educação no processo de Reforma Agrária e na libertação dos oprimidos.

Trata-se de um olhar especificamente preocupado em estudar o processo educativo que perpassa o conjunto das ações do MST e a vivência de cada sem-terra no movimento de sua própria história, ou no fazer-se de sua formação. Está afirmado também que este processo é educativo constituindo-se como um movimento sociocultural, cujo centro motriz está no processo de formação do sujeito Sem Terra, que também se produz como um sujeito cultural, à medida em que suas ações e sua forma de atuação na sociedade produzem e reproduzem um determinado modo de vida que, ao mesmo tempo, recupera, consolida e projeta valores, princípios, convicções, e também um determinado jeito de conhecer as relações sociais que extrapola os interesses corporativos ou as características diferenciais do grupo social específico dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra. (CALDART, 2004, p. 222).

É justamente o reconhecer-se excluído que possibilita um novo olhar sobre a realidade e sobre si mesmo, que resultará na formação de uma nova consciência, na luta por seus direitos e na construção de uma sociedade digna. Caldart (2004) vai afirmar que a luta é uma escola viva. Quando se fala em pedagogia do MST, fala-se na própria formação do mesmo, na necessidade de organização e na própria história da agricultura e da sociedade brasileira, este foi um aprendizado deixado por Paulo Freire (1987).

No período da ditadura militar, por exemplo, foram dados incentivos para a modernização do campo, os governos militares criaram condições necessárias para o desenvolvimento de uma política agrícola, privilegiando as grandes empresas. Vinham incentivos financeiros, que passavam a se ocupar da agropecuária, que deu sustentação para o surgimento do agronegócio e a construção do paradigma do capitalismo agrário (Fernandes - Aula).

Durante as duas décadas em que os governos militares estiveram no poder, garantiram a apropriação, por grandes grupos empresariais, de imensas áreas de terras e também o aumento do número e da extensão dos latifúndios, a partir dos incentivos criados e do crédito subsidiado pela política agrícola. Proporcionaram assim a “modernização” da agricultura e a territorialização do capital

no campo. De outro lado, reprimiram toda e qualquer luta de resistência a sua política.

Os excluídos da terra, os trabalhadores rurais: posseiros, sem-terra e assalariados diante da dura realidade começam a perceber a necessidade de se organizar para enfrentar as duras políticas econômicas e educacionais. Além da transformação material da produção da existência, o Sem Terra procura “transformar a escola, de modo a produzir nela uma proposta de educação que esteja em sintonia com os seus novos sujeitos.” (CALDART, 2004, p. 225).

A ocupação da escola estabelece uma relação que tem um caráter de “apropriação compartilhada”, pois o movimento se faz na coletividade, aprendendo que “na transformação desta vivência coletiva a escola pode ter relação com a luta e com a terra na efetiva atribuição de novos significados à escola concreta”, aquela escola que se quer para os filhos; ainda, é a reflexão de que, se a luta é uma escola de vida, então o mais razoável é que a luta também possa ter direito de entrada nessa outra escola, em tese aquela onde as pessoas entram justamente para aprender coisas que sejam importantes para sua vida. Estão dadas aí as condições objetivas para que o MST comece a construir sua proposta de escola.. (CALDART, 2004).

É desse processo que nasce a Pedagogia do Movimento e as discussões que mais tarde farão nascer a Educação do Campo. A trajetória do MST foi construindo um conjunto de experiências que deu ao Movimento autoridade para debater os problemas da educação brasileira

Do ponto de vista da trajetória específica do trabalho com educação escolar no MST, a referência cronológica nacional situa o seu início no processo desdobrado do I ENERA (I Encontro Nacional de Educadores e educadoras da Reforma Agrária), que aconteceu em julho de 1997, passando pela realização da Conferência Nacional: Por um Educação Básica do Campo, exatamente um ano depois do I ENERA, e alguns dias antes de o MST dar início à sua Marcha pelo Brasil, em 98. Dada a recentidade deste momento, ainda não há desenlaces; mas, em uma leitura de processos, é possível identificar alguns fatos que sinalizam também nesta dimensão da educação um movimento de passagem para um novo período histórico, e que projeta algumas transformações importantes. (CALDART, 2004, p. 274).

O I ENERA foi fundamental na trajetória da Educação do Campo, pois fez com que os movimentos sociais do campo percebessem seu acúmulo de experiências e tomassem consciência de sua condição buscando alargar os horizontes de compreensão da realidade da educação brasileira e, que a tarefa era gigantesca. É neste momento que o setor de educação do MST lança para a

sociedade o Manifesto das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro, uma espécie de síntese política da proposta de educação do MST (CALDART, 2004).

Este encontro foi de grande relevância para o MST. Caldart (2004, p. 235) destaca:

Segundo a própria análise do Movimento, há pelo menos três aspectos que transformam esse evento em um fato histórico: primeiro, ele conseguiu ser a expressão da organicidade construída em dez anos de trabalho, mostrando ao mesmo tempo o crescimento acelerado dos coletivos das frentes de ação do setor, e as fragilidades serem superadas para dar conta de uma tarefa explicitada então em diversas dimensões de sua complexidade; segundo, o clima de encontro (antes, durante e depois) e a mística dos educadores surpreenderam aos próprios sem-terra: a educação passou a ser olhada pelo Movimento com outros olhos depois do ENERA; e terceiro, ele despertou um maior interesse e reconhecimento da sociedade para essa dimensão da luta do MST, de modo geral pouco divulgada à opinião pública. Por isso ele não começou nem terminou em si mesmo; os desdobramentos continuam até hoje.

Assim tivemos na luta pela terra o nascimento de uma nova reflexão pedagógica, que vai qualificar o debate e as propostas de desenvolvimento da sociedade e da educação brasileira.

Mas, sem dúvida, o desdobramento com maior densidade pedagógica na projeção deste terceiro momento da trajetória da educação no MST foi o processo desencadeado em torno da discussão por uma educação básica do campo. Aceitando o desafio que lhe foi feito no I ENERA, o MST articulou parceiros importantes para começar a participar de um debate que coloca o seu trabalho de educação em sintonia com a opção já feita de participar da construção de um projeto popular de desenvolvimento pra o Brasil. A Conferência Nacional demarcou novas possibilidades de desenlace para essa trajetória, mas é um fato que ainda não se desenrolou até o final. (CALDART, idem, 276-277).

O Movimento Sem Terra após o I ENERA coloca na agenda nacional o debate sobre a Educação do Campo. A partir de suas experiências no trabalho com a educação os movimentos sociais do campo buscam construir uma nova educação. Nova no sentido da necessidade de se construir um novo homem e uma nova mulher.

Com a abordagem dos Pedagogos Socialistas, a Educação Popular e a Pedagogia do Movimento Sem Terra, temos um conjunto de experiências que podem nos ajudar a avançar na luta por direito e na transformação da sociedade. As organizações e movimentos sociais devem se apropriar das construções teóricas que já estão sistematizadas para compreender melhor a realidade e construir outros saberes e outras práticas.

4 MATERIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PARANÁ – LIMITES E PERSPECTIVAS

Fazer uma análise de como a Educação do Campo se materializa no Estado do Paraná não é uma tarefa fácil. O que foi aqui apresentado não se pretende verdade absoluta e muito menos se encerra em si mesmo. Tomaremos a Carta de Porto Barreiro (para mim acho que aqui precisa dizer o que é esta Carta, de onde veio, com que sentido, quem escreveu??) como um ponto de partida para as reflexões, especificamente os itens que dizem respeito aos compromissos que as organizações e movimentos sociais assumiram ao assinarem a carta.

Logo de início trazemos uma reflexão sobre o que percebemos ser um limite, que é a participação de prefeituras e universidades no processo de construção da Educação do Campo. As prefeituras não podem assumir compromissos além de uma gestão e estão amarradas a uma carga burocrática que muitas vezes não permite avançar nos processos formativos. Geralmente quando termina uma gestão, salvo quando o grupo que está no poder se reelege, a tendência é modificar os rumos e a forma de organizar as políticas públicas e muitas vezes os projetos que estão em andamentos são encerrados.

As Universidades por sua vez, com suas divisões acadêmicas, ou setoriais raramente permitem uma participação mais orgânica, geralmente as opções são individuais ou de grupos específicos. A centralidade de uma proposta está posta no indivíduo e não no coletivo da universidade, até porque não existe coletivo na universidade. O que existe na maioria das universidades brasileiras são centros acadêmicos que congregam um determinado grupo de docentes.

Portanto, prefeituras e universidades não são elementos ativos no processo de construção da Educação do Campo. Isso não significa dizer que prefeituras e universidades não tenham contribuições para com a Educação do Campo, mas são participações pontuais.

Os sujeitos da Educação do campo são os povos do campo, que através das organizações e movimentos sociais lutam para transformar as estruturas dos meios de produção no campo e na sociedade brasileira. Vontade essa materializada nos compromissos que as organizações, os movimentos sociais do campo e os participantes assumiram na II Conferência Estadual: Por

uma Educação do Campo, realizada em 2000 no Porto Barreiro e registrada na Carta de Porto Barreiro.

Por entender que a Carta de Porto Barreiro é uma leitura da realidade do campo e da Educação do Campo daquele momento histórico, passaremos a analisar os compromissos agrupando por proximidade de sentido. Segue abaixo trecho da carta que traz os seguintes compromissos:

- **Trabalhar, em todas instâncias, a construção de um projeto Popular para o Brasil;**
- **Trabalhar a educação na perspectiva da elaboração de um Projeto Popular de Desenvolvimento para o campo;**
- **Criar inúmeras oportunidades de formação e reflexão sobre a importância dos Valores Humanos para a construção do Projeto Popular para o Brasil;**

Esses três compromissos estão presentes nas discussões da Educação do Campo e nos trazem uma reflexão de que esta sociedade que esta aí não serve para os camponeses e camponesas, pois seu modelo conservador de desenvolvimento tem como base o agronegócio. Este, por sua vez, tem em sua estrutura a monocultura e por consequência a concentração de terra, criando imensos latifúndios e concentração de capital e riqueza nas mãos de poucos, o domínio das sementes e da produção está sob o controle do capital financeiro das multi e transnacionais, criando um estado de dependência econômica.

A universalização de todos os Níveis de Educação não faz parte do modelo de desenvolvimento capitalista, os conhecimentos e as pesquisas são encomendados para atender especificamente as necessidades do mercado. Os camponeses sofrem um processo de exclusão física e política, tornado-se oprimidos da terra. Esse modelo é insustentável, precisa ser destruído, pois acaso isso não aconteça o planeta Terra em um curto espaço de tempo terá seus recursos naturais escassos. Lutar contra esse modelo de desenvolvimento é libertar o camponês das cercas que os prendem e construir outras relações no campo, por isso a necessidade de um debate em torno de um “Projeto Popular para o Brasil,” e um “Projeto Popular de Desenvolvimento para o Campo”. É claro que não são dois projetos distintos, mas os dois se constroem mutuamente.

No período do governo de Fernando Henrique Cardoso o modelo neoliberal de organização da sociedade estava explícito, os partidos de esquerda,

as organizações e movimentos sociais tinham um inimigo declarado, portanto as reflexões e as ações empregadas por parte desses sujeitos eram fortes. Até por uma questão de sobrevivência.

Muitos encontros foram realizados nesse período para fortalecer as organizações de esquerda, a Articulação Paranaense nasce desta conjuntura e busca reunir os movimentos contra o inimigo externo que é o neoliberalismo, propondo políticas públicas para afirmar a existência do campo e de seus sujeitos.

Mas que campo se quer construir? Quem o construirá? Ao buscar garantir sua existência, já dissemos, os camponês constroem sua consciência e percebem que a luta vai além da terra, é preciso transformar o campo e estes camponeses se tornam sujeitos/protagonistas. Fernandes (2003, p. 58) nos diz:

Transformações que foram desencadeadas em outras sociedades capitalistas avançadas (“clássicas” ou “atípicas”) a partir de iniciativas das classes altas ou das classes médias burguesas, aqui terão de transcender a partir de iniciativas das classes despossuídas e trabalhadoras: os condenados da terra têm o que fazer, e se eles não fazem, a história estaciona (...).

Assim a construção desse novo projeto de desenvolvimento deve respeitar a biodiversidade com seus recursos naturais e riquezas de plantas, animais e todos os seres vivos, colocando no centro desse projeto a vida e seus tempos. A produção no campo não poderá ser mercadoria, mas produção de alimentos, diversificados de acordo com região e o clima, garantindo a soberania alimentar e alimentos para todos os brasileiros, sem contudo, deixar de lado as demais dimensões do ser humano. O projeto de nação estabelecerá um novo padrão civilizatório pensado a partir da humanidade.

O que está posto é uma disputa, as ações demarcam um território a ser conquistado. Fernandes (1989, p. 42) nos alerta da dificuldade que é enfrentar a sociedade burguesa:

O Estado é, então, um campo em disputa entre as forças democráticas e as forças privatistas, pois a forma de atuação do Estado vai incidir diretamente sobre o (des) equilíbrio da correlação de forças entre aqueles dois pólos. Pois o combate à cultura patrimonialista e mandonista passa pela abundante oferta de bens e serviços públicos que o poder público deve oferecer aos trabalhadores, o que os livraria da barganha. Somente um alto nível de desenvolvimento social é capaz de derrotar a cultura colonial.

A esquerda brasileira conquista o estado, uma demarcação territorial importante, mas o que percebemos é que o debate em torno de um Projeto Popular se esvaziou, a eleição do governo Lula anestesiou o movimento, pois não

vemos no governo Lula um inimigo e sim um companheiro que nasceu da luta do povo. Apontamos esse elemento como sendo um limite que precisamos superar, pois as forças da burguesia que historicamente se constituíram nesse país estão muito bem enraizadas no poder e o estado, num modo de produção capitalista, tende a ser espaço hegemônico das relações de produção capitalistas. Retomar com forças os debates e as ações em torno do Projeto Popular de nação também é uma tarefa da Educação do Campo, assim como de todos os trabalhadores.

Abaixo mais dois compromissos assumidos na Carta de Porto Barreiro:

- **Fortalecer a Articulação Paranaense: “Por uma Educação do campo”, criada na II Conferencia Estadual: “Por uma Educação Básica do Campo”;**
- **Fortalecer e consolidar a Articulação garantindo a participação das educadoras, dos educadores e dos educandos em torno das instâncias.**

Esses dois pontos são delicados de se analisar. No ano seguinte à I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo, as organizações e movimentos sociais tinham a tarefa de articular em seus estados a continuidade do debate em torno da Educação do Campo. Porém o que se presenciou foi um “salve-se quem puder”, cada organização e movimento social, com raras exceções, voltaram-se para o interior de sua própria organização, buscado individualmente superar seus problemas.

Somente depois de “apanhar muito” do governo neoliberal de Lerner é que se começa timidamente um movimento de organização mais orgânica por parte dos movimentos sociais do campo. A II Conferência Estadual: Por uma Educação Básica do Campo, que ocorrida em Porto Barreiro, foi a materialização dessa organização. Nesta nasce a Articulação Paranaense: Por uma Educação do Campo, como descrito no capítulo I.

Entretanto, seu fortalecimento e articulação era uma tarefa pós Conferência. Muitas reuniões foram realizadas, mas era muito difícil reunir todos os que assinaram a carta. As organizações que foram persistentes e que acreditavam na força da Articulação perseguiram na luta. Os avanços que a Educação do Campo conquistou no estado do Paraná deve-se na sua maioria à Articulação Paranaense: Por uma Educação do Campo.

Nessa trajetória de quase dez anos, muitas lutas foram travadas, algumas vitoriosas e outras nem tanto. Perdemos uma importante organização social do norte do Estado que se chamava APEART, que encerrou, enquanto entidade, suas atividades e sua luta com os povos sofridos do campo. Muitos dos quadros que ela formou se engajaram em outros movimentos sociais.

Uma conquista no campo das políticas que merece destaque é a criação, em 2003, nas estruturas da Secretaria de Estado da Educação, a Coordenação da Educação do Campo, chefiada inicialmente pela professora da Universidade Federal do Paraná, Sônia Fátima Schwendler. Esta coordenação foi vital para a implantação das Escolas Itinerantes do MST no Estado do Paraná.

A Articulação Paranaense: Por uma Educação do Campo ainda precisa aglutinar forças e buscar efetivar sua articulação que ainda não está consolidada. É necessário envolver mais os educadores das escolas que estão no campo para que se sintam parte desse movimento.

Seguindo com a análise temos o seguinte compromisso da Carta de Porto Barreiro para destacar:

- **Promover diversas oportunidades de realização de convênios, trabalhos e atividades interinstitucionais para a troca de experiências, reflexões teóricas e metodológicas sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas várias entidades que integram a Articulação Paranaense: “Por uma Educação do Campo”.**

Os grupos organizados que permaneceram mais coesos na luta pela Educação do Campo, conseguiram avançar em suas reivindicações. Convênios foram assinados com o Governo Estadual (Escola Itinerante do MST), com o governo Federal (convênios através do INCRA-Pronera, Saberes da Terra), com a Universidade Federal do Paraná (Especialização em Educação do Campo, Curso Pós-Médio em Agroecologia), Com a Universidade Estadual – UNIOESTE (Curso de Pedagogia da Terra), para citar alguns.

Os convênios, acima citados, estão abrindo novas perspectivas para a formação de quadros das organizações e movimentos sociais. As instituições públicas são organizadas dentro de uma determinada burocracia burguesa e às vezes se criam impasses no processo de implantação de cursos, pois nos movimentos sociais existe uma dinâmica nas quais as diversidades de situações são

imensas. Por isso, as organizações e movimentos sociais devem ocupar esses espaços de construção burguesa, não para permanecer neles, mas para se apropriar do conhecimento e transformar esses espaços em território dos camponeses, atribuindo-lhes um novo significado e sentido.

Próximo compromisso:

- **Dialogar com os governos do Campo Democrático, na perspectiva de implementar, nos municípios, uma política bem sucedidas realizadas por outras administrações.**

Talvez aqui resida a tarefa mais complicada, pois enquanto articulação não se tem nenhum registro de haver diálogo com governos municipais. Nas prefeituras que se tem algum trabalho que defende minimamente a Educação do Campo, isto ocorre por iniciativas pontuais, de movimentos sociais ou indivíduos que têm como horizonte o mesmo projeto de campo e sociedade defendido.

Sabemos que as transformações que precisam ser feitas no campo não passam necessariamente pelas instituições criadas pela burguesia, mas essas instituições são espaços importantes para podermos criar as condições materiais para uma revolução no campo e na sociedade brasileira. Para que exista um diálogo, mesmo com os governos populares e democráticos a Articulação Paranaense deverá retomar suas atividades no sentido de uma auto afirmação e fortalecimento. Só assim ela terá condições de ajudar a construir políticas públicas nesses espaços, desde as práticas sociais dos sujeitos que vem construindo as diferentes experiências educativas no campo paranaense.

- **Trabalhar a valorização e a auto estima dos povos do campo, desde a sala de aula e por meio de encontros, seminários, eventos culturais e publicações;**
- **Fomentar pesquisa sobre as novas práticas que estamos desenvolvendo nos diferentes níveis de ensino no campo, bem como, sobre as experiências comunitárias de organização social, política, econômica, cultural e ambiental.**

O caminho que a Articulação Paranaense buscou para dialogar com os educadores e educadoras do campo e com a sociedade foi a Coordenação da Educação do Campo, da Secretaria de Estado da Educação. Através desta coordenação muitos encontros foram realizados, divulgando os valores e as

concepções da Educação do Campo, principalmente contribuindo na formação de professores no estado.

A partir de 2003, o debate institucional da Educação do Campo foi amplamente divulgado, porém o que percebemos é que esses debates não se qualificaram, ficou muito mais em um repasse de informações do que uma construção efetiva e coletiva da Educação do Campo. O que por um lado é bom, pois desperta o interesse de alguns pelo assunto, mas também corre-se o risco, por não ter um aprofundamento teórico-prático, de que qualquer ação pedagógica realizada no campo, passe a ser chamada de Educação do Campo, como por exemplo fazer hortas nas escolas.

Os materiais que minimamente sintetizam a luta pela educação do campo foram no Paraná, foram produzidos pela Articulação foram os Cadernos da Articulação Paranaense, que sistematizam o processo histórico anterior a II Conferência Estadual: Por uma Educação do Campo e apresentam o resumo desta Conferência. É claro que muitos materiais foram produzidos pelos movimentos sociais e universidades, frutos das parcerias e convênios firmados, mas não se traduzem em uma produção a partir da Articulação Paranaense. Pelos enfrentamentos que deveriam ser feitos para construção de um Projeto de Desenvolvimento do Campo, apontamos como necessário e urgente retomar a produção teórica a respeito da Educação do Campo, pelos movimentos sociais, a partir da Articulação.

A dinâmica da luta dos movimentos sociais é maior que sua elaboração teórica, no que diz respeito a educação essa distância torna-se ainda maior. Há avanço nas conquistas de direitos, em cursos de formação, mas contudo não existem quadros suficientes para registrar e problematizar, ou ainda, construir elaborações teóricas a respeito do que se faz e do que se quer.

Desta forma, quando a elaboração teórica é pensada por alguém de fora do processo corre-se o risco de focar elementos que não traduzem o que de fato se quer com a luta, pode haver distorções do que se quer construir. É necessário que os movimentos sociais criem seus intelectuais orgânicos, para que esses possam refletir as práticas e traduzir em conceitos teóricos.

Quando olhamos o interior das escolas públicas, percebemos que elas estão distantes das lutas, muitos de seus professores não têm projeto de vida voltado para uma educação transformadora, em sua maioria são meros

repassadores de conhecimento sem compromisso nenhum e sem identidade com a classe trabalhadora. É preciso libertar esse sujeito para que possa tomar consciência da importância de seu papel na construção do conhecimento e da sociedade. A escola tem que ter sentido para a comunidade onde ela está inserida.

Portanto é necessário organizar as experiências realizadas no interior de algumas escolas e nos processos educativos das Escolas Itinerantes, para indicar outros caminhos possíveis para a organização escolar no e do campo. É necessário sair das amarras que nos prendem ao formalismo pedagógico e aprender que existem outros jeitos de construir a educação, dando significado ao que se aprende. Uma educação comprometida com a classe trabalhadora e com a transformação social.

- **Comprometer as universidades públicas para que elas assessorem as iniciativas dos movimentos populares e desenvolvam ações de ensino, pesquisa e extensão que promovam a qualidade de vida dos povos do campo;**
- **Priorizar e incentivar os estudos, as leituras, as reflexões para promover os conhecimentos científicos e culturais: patrimônio da humanidade.**

Mais do que assessoramento das universidades públicas, precisamos mudar a lógica da universidades, para que possam contribuir na construção do conhecimento e na disseminação do mesmo. Tem-se como demanda uma universidade comprometida com a classe trabalhadora, que aproxime os avanços científicos e tecnológicos dos trabalhadores para que estes possam enfrentar a dura realidade socioeconômica em que se encontram.

Sendo assim, é preciso construir uma universidade que ajude a desenvolver a educação emancipadora, entendida como uma dimensão essencial que ultrapassa as aplicações técnicas, interpretando a tecnologia como processo educativo e investigativo para gerá-la e adaptá-la às peculiaridades da vida e preparar as pessoas para o mundo do trabalho e da economia solidária.

O processo histórico de luta pela terra chega hoje no campo das lutas por direitos e as organizações e movimentos sociais entendem que o conhecimento produzido pela humanidade é uma direito de todo cidadão e não de uma minoria, por isso é que tem intensificado a luta para arrombar o cofre que

tranca o conhecimento. Aproximar-se das universidades é uma estratégia importante para avançar na luta e melhorar as condições de vida da população.

Hoje podemos afirmar que existe um conjunto de professores nas universidades comprometidos com a classe trabalhadora e com a luta dos movimentos sociais. Esses professores contribuem na sistematização, na elaboração teórica da luta e no assessoramento, mas são participações pontuais, que não traduzem o engajamento das universidades, como já afirmado anteriormente, por isso é necessário lutarmos para construir uma universidade da classe trabalhadora.

O estudo tem sido prioridade das organizações e movimentos sociais nos últimos anos. Pouco adianta conquistar espaços se não se tem quadros para contribuir na organização do mesmo. Os camponeses devem lutar para superar a deficiência histórica que tiveram do não estudo e portando não é uma prática dos camponeses dedicarem-se ao estudo, às elaborações teóricas. Os camponeses devem se reeducar para se apropriar do conhecimento e também sistematizar os que produzem.

- **Ampliar a capacidade de articulação para organizar as demandas, propor e executar políticas públicas específicas para os diferentes níveis e modalidades da Educação do Campo e**
- **Organizar a III Conferência Estadual: “Por uma Educação do campo”.**

Oito anos já se passaram após a II Conferência Estadual de Educação do Campo e não foi realizada a III conferência. Isso traduz que a Articulação não foi capaz de articular um movimento em torno de si, o que por outro lado também não significa dizer que não se avançou na luta por políticas públicas e na construção da Educação do Campo.

O que percebemos na trajetória das organizações e movimentos sociais é um conjunto de ações que tem trazido para a pauta do estado os problemas e as experiências vivenciados e construídos no campo. O que ainda falta é uma articulação em torno dessas ações, para que as mesma adquiram um significado maior e possam alavancar com mais força o processo de construção da Educação do Campo.

Que significado poderia ter a realização da III Conferência? São dez anos de lutas e debates sobre Educação do Campo. Este é um bom momento para

se comemorar as conquistas, mas principalmente é o momento de se fazer uma avaliação de todo processo, levantar o que foi conseguido transformar, qual é a conjuntura do campo hoje, como está a educação formal no campo hoje.

Muitos discursos de governo falam da universalização do ensino, mas nos cabe perguntar: isso é verdade? Qual a qualidade dessa universalização? Como estão as estruturas das escolas do campo? O que se ensina nas escolas do campo? Qual a formação dos educadores e educadoras das escolas do campo? Os filhos dos camponeses continuam sendo transportados para estudar nos centros urbanos? Como as escolas dos centros urbanos recebem os filhos dos camponeses? Que visão a sociedade tem do campo e dos camponeses?

Podemos perguntar ainda: que construções teóricas temos elaboradas sobre Educação do Campo? Quem está elaborando a teoria da Educação do Campo? Quem está se apropriando dessa construção? Que experiências tem tido êxito na construção da Educação do Campo? Como o estado tem se apropriado da Educação do Campo? Qual é de fato o papel do Estado nesse processo? Em que precisamos avançar? Estamos de fato construindo as condições materiais para a transformação da sociedade?

Essas e muitas outras questões poderiam ser debatidas na III Conferência da Educação do Campo no estado do Paraná. É necessário qualificar mais o debate em torno das questões do campo. Mas o que é urgente e primordial é retomar a articulação da Articulação Paranaense: Por uma Educação do Campo. Aqui reside nossa tarefa e talvez seja este o caminho para avançarmos organicamente na construção de outras relações, de outros princípios que não os princípios da sociedade neoliberal, uma outra sociedade é possível e é nossa tarefa construí-la.

A transformação da Educação depende, naturalmente, de uma transformação global e profunda da sociedade; a própria Educação funciona como um dos fatores de democratização da sociedade e o sentido de qualquer política educacional democrática tem em vista determinadas transformações essenciais da sociedade. Em termos de uma visão sintética, e totalizadora, diríamos que a educação e democratização da sociedade são entidades reais e processos concretos interdependentes – um não se transforma nem pode transformar-se sem o outro.

Florestan Fernandes

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procuramos resgatar a trajetória do movimento que se fez em torno da Articulação Paranaense: Por Uma Educação do Campo e suas construções teóricas e processos de lutas para garantir a educação formal para os povos do campo.

Podemos apontar como conclusão deste trabalho que os povos do campo brasileiro existem e estão em constante movimento de luta por direitos. Esse processo de luta faz com que os povos do campo se reconheçam sujeitos de seu tempo histórico e busquem construir novas relações de educação, de trabalho, de conhecimento, de gênero, de cultura, de organização política enfim de visão de mundo.

A luta por políticas públicas na educação fez nascer organicamente um movimento que problematiza a forma que a educação brasileira está organizada e o seu real significado não só para os povos do campo, mas para a construção de um projeto de nação. Assim podemos concluir que o nascimento da Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo tem desempenhado importante papel no repensar da educação e de seus processos.

A construção da Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo possibilitou que os Estados brasileiros também organizassem e construíssem seus processos de luta. No Paraná a criação da Articulação Paranaense: Por uma Educação do Campo significou um avanço na organização dos movimentos sociais na construção de algumas políticas públicas no Estado do Paraná.

Também fica claro que as organizações e movimentos sociais poderiam ter avançado muito mais se tivessem construídos um movimento mais orgânico em torno da Articulação. Um dos limites visíveis no processo de construção da Articulação Paranaense: Por uma Educação do Campo é a dificuldade das organizações e movimentos sociais organizarem uma pauta em conjunto de luta.

Falta a Articulação organizar estratégia para evidenciar a importância de unificar a luta em torno de objetivos específicos. Isso possibilitaria criar condições da Articulação Paranaense Por uma Educação do Campo, de lutar pelo atendimento integrado das reivindicações imediatas e específicas das organizações e movimentos que a compõe, avançando na construção da hegemonia

em torno de transformações estruturais do modelo capitalista na organização da produção, reprodução social da vida e da cultura.

Esses objetivos comuns devem ser concebidos com mediação, ou ainda, como criação de condições históricas para a realização do Projeto Popular para o Brasil. Esses objetivos, portanto, não é uma simples reivindicação ou uma política funcional que não afete o modelo capitalista de organização da economia, da política e da cultura.

Percebemos também que o debate em torno do Projeto de Desenvolvimento do Campo ou o Projeto Popular para o Brasil foi deixado de lado no momento atual de debate em torno da Educação do Campo. Parece que foi perdido qual é o objetivo político que deve ser realizado e os sujeitos do campo tanto lutaram. É necessário recolocar em pauta esse debate e suas implicações para as transformações sociais e a construção de uma nova sociedade.

Acreditamos que retomar os pensadores da revolução socialista é fundamental para não se perder de vista a necessidade da revolução, somente mudanças estruturais não garantem uma nova organização da sociedade e sabemos que o capitalismo não se humaniza. Portanto, lutar para garantir a soberania alimentar, o direito ao conhecimento, a saúde, a liberdade individual e coletiva é romper com o atual modelo de desenvolvimento.

Este trabalho não teve em momento algum a pretensão de encerrar-se em si mesmo, o que buscamos, com limites na dificuldade de escrita e de aprofundamento teórico, foi trazer alguns apontamentos a fim de contribuir para repensar alguns elementos da Articulação Paranaense, reforçar a necessidade de se retomar organicamente a Articulação Paranaense Por uma Educação do campo sem perder de vista o Projeto Popular para o Brasil.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M.G. et al.(orgs.).**Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ARROYO, M.G.; FERNANDES, B.M.. Por Uma Educação do Campo: a educação básica e o movimento social do campo. Brasília 1999

BENJAMIN, César; CALDART, R.S. Por Uma Educação do Campo: projeto popular e escolas do campo. Brasília, 2000.

SEED. **Cadernos Temáticos – Educação do Campo, Seminário Estadual do Campo “construindo Políticas Públicas”**, Curitiba. 2004

CALDART, R.S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3 ed.São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAPRILES, René. Makarenko: O Nascimento da pedagogia socialista. São Paulo Edit. Scipione.

CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2ª, 2004, Luziânia, GO. **Por uma política pública de educação do campo**. Declaração Final.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Vitória, 1961. p. 269-282.

FERNANDES, B. M. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro**. Presidente Prudente,SP:2002.

FERNANDES, F. **O Desafio Educacional**. São Paulo:Cortez Editora, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 Rio de Janeiro Editora Paz e Terra, 17º ed. Rio de Janeiro, 1987.

GHEDINE, C.; PARMIGIANI, J.; GOBO, P. Articulação Paranaense: Por Uma Educação do Campo – A História da Articulação. Porto Barreiro, 2000.

GHEDINE, C.; OLIVEIRA, J.; MARAN, M. Articulação Paranaense: Por Uma Educação do Campo. Porto Barreiro, 2000

KOLLING, Edgar Jorge; NERY; MOLINA, Mônica Castagna. Por Uma Educação Básica do Campo. Brasília, 1999.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, P.R.; CALDARTE, R.S. Por Uma Educação do Campo – Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. Brasília, 2002

PISTRAK. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. 4 São Paulo: Expressão Popular, 2005

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo. Por Uma Educação do Campo: **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília, 2004

MANCHOPE, E. C.P.; LISBÔA, E.; HENRIQUES, M.J. Articulação Paranaense: Por Uma Educação do Campo – Temáticas Abordadas na II Conferência Estadual. Porto Barreiro 2000

FALTA UM MONTE DE AUTORES: CAPRILES, LUEDEMANN, FREIRE, AULA DO BERNARDO, DE ONDE TIROU AS TABELAS, PARECER DAS DIRETRIZES, LDB, CADENOS DA ARTICULAÇÃO, ETC, ETC, ETC...

ANEXOS

CARTA DE PORTO BARREIRO

Na primavera de 2000, de 02 a 05 de novembro, estiveram reunidos em Porto Barreiro, Estado do Paraná, 450 educadores e educadoras, dirigentes e lideranças de 64 municípios, representando 14 organizações (movimentos sociais populares, sindicatos, universidades, ONGs e prefeituras), para refletir a respeito das realidades do campo e trocar experiências sobre os processos educativos.

Nesta troca de experiências, constatamos que muitas das dificuldades, que enfrentamos para implementar uma educação de qualidade no campo, são frutos das políticas governamentais que excluem o campo do desenvolvimento nacional.

Esta exclusão é parte de um projeto maior que as elites brasileiras estão implementando, por meio de um modelo de desenvolvimento que privilegia a agropecuária capitalista em detrimento da pequena agricultura, agricultura familiar e camponesa. Este modelo não pretende enfrentar um dos maiores problemas brasileiro: a concentração fundiária, atendendo ainda às políticas neoliberais do FMI e do Banco Mundial.

O Paraná é conhecido e reconhecido por seu grande potencial agrícola e pela riqueza na diversificação da produção, sendo privilegiado pelas condições climáticas, hídricas, minerais, pela qualidade de seu sola e pela diversidade de seu povo. Entretanto, pobre em políticas agrárias e agrícolas voltadas para os reais interessados e necessidades das populações do campo.

Neste contexto, a maior parte da população do campo sofre com a ausência de Políticas Públicas adequadas para suprir suas demandas. Além do impedimento do acesso a terra, há grandes dificuldades para conquista de uma política agrícola e de infra-estrutura básica para o campo. Inexiste na maioria dos municípios: eletrificação do campo, saneamento básico, telefonia, transporte coletivo, saúde, escolas, correios, centros de cultura, esporte e lazer.

Essa ausência de Políticas Públicas dificulta sobremaneira a construção de uma educação de qualidade pelos povos do campo (pequenos agricultores, agricultores familiares, camponeses, assentados, sem-terra, posseiros, assalariados, vileiros, indígenas, quilombolas e atingidos por barragens). Na inexistência das políticas públicas, nascem diversas experiências que estão construindo propostas de uma educação do campo.

Em todas estas experiências há um compromisso comum; a valorização do Desenvolvimento Humano, essencial para a consolidação do Projeto

Popular para a nação brasileira. Para continuarmos construindo este projeto, nós, educadores e educadoras do campo, assumimos os seguintes compromissos:

Trabalhar, em todas instâncias, a construção de um projeto Popular para o Brasil;

Trabalhar a educação na perspectiva da elaboração de um Projeto Popular de Desenvolvimento para o campo;

Fortalecer a Articulação Paranaense: “Por uma Educação do campo”, criada na II Conferencia Estadual: “Por uma Educação Básica do Campo”;

Fortalecer e consolidar a Articulação garantindo a participação das educadoras, dos educadores e dos educandos em torno das instâncias;

Promover diversas oportunidades de realização de convênios, trabalhos e atividades interinstitucionais para a troca de experiências, reflexões teóricas e metodológicas sobre as praticas pedagógicas desenvolvidas pelas varia entidades que integram a Articulação Paranaense: “Por uma Educação do Campo”;

Dialogar com os governos do Campo Democrático, na perspectiva de implementar, nos municípios, uma política bem sucedidas realizadas por outras administrações;

Trabalhas a valorização e a auto estima dos povos do campo, desde a sala de aula e por meio de encontros, seminários, eventos culturais e publicações;

Criar inúmeras oportunidades de formação e reflexão sobre a importância dos Valores Humanos para a construção do Projeto Popular para o Brasil;

Fomentar pesquisa sobre as novas práticas que estamos desenvolvendo nos diferentes níveis de ensino no campo, bem como, sobre as experiências comunitárias de organização social, política, econômica, cultural e ambiental;

Comprometer as universidades públicas para que elas assessorem as iniciativas dos movimentos populares e desenvolvam ações de ensino, pesquisa e extensão que promovam a qualidade de vida dos povos do campo;

Priorizar e incentivar os estudos, as leituras, as reflexões para promover os conhecimentos científicos e culturais: patrimônio da humanidade;

Ampliar a capacidade de articulação para organizar as demandas, propor e executar políticas públicas específicas para os diferentes níveis e modalidades da Educação do Campo e

Organizar a III Conferência Estadual: “Por uma Educação do campo”;

Para continuarmos construindo este projetos, nós, educadoras e educadores do campo, assumimos o compromisso de lutar pelas seguintes ações:

Criação do Curso de Pedagogia da Terra no Estado do Paraná;

Promover o intercâmbio das experiências em desenvolvimento para um maior conhecimento dos projetos, objetivando suas ampliações;

Realizar seminários microrregionais para troca de experiências e discussão teórica e metodológica da Educação Básica do Campo;

Organizar seminários de formação técnica e política das legislações educacionais e encaminhar soluções para o reconhecimento das experiências da Educação do Campo;

A Articulação Paranaense: Por uma Educação do Campo deve reivindicar sua representação no Conselho Estadual de Educação;

A Articulação Paranaense: “Por uma Educação do campo” deve também reivindicar sua representação nos conselhos municipais de educação;

Desenvolver esforços para integrar as organizações que ainda não participam da Articulação.